



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

**CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA,  
COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

Abelardo Luz/SC

Julho/2020



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

**SÔNIA REGINA FERNANDES**  
REITORA

**JAMILE DELAGNELO FAGUNDES DA SILVA**  
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

**FATIMA PERES ZAGO DE OLIVEIRA**  
PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

**FERNANDO JOSÉ TAQUES**  
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

**JOSEFA SUREK DE SOUZA OLIVEIRA**  
PRÓ-REITORA DE ENSINO

**STEFANO MORAES DEMARCO**  
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

**EVERTON ROGÉRIO ALVES CAVALHEIRO**  
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

**ANDRÉ FRANZONI ALEXANDRE**  
DIREÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO CAMPUS AVANÇADO  
ABELARDO LUZ

**ELODIR LOURENÇO DE SOUZA**  
COORDENADOR DO CURSO

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO (2017)**

André Franzoni Alexandre  
André Ribeiro da Silva  
Camila Munarini  
Dalila Teles Leão Martins  
Diana Liz Reis de Bittencourt  
Elodir Lourenço de Souza  
Fábio Silva de Oliveira  
Jaisson Bordignon

Janaína de Moraes Kaecke  
Jorge da Cunha Dutra  
Jurema de Fátima Knopf  
Maicon Fontanive  
Marcelo Squinca da Silva  
Marluse Castro Maciel  
Rejane Escrivani Guedes  
Ricardo Scopel Velho

**Julho, 2020**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO</b> .....	7
<b>3. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE</b> .....	12
<b>4. PERFIL DO CURSO</b> .....	12
<b>5. OBJETIVOS DO CURSO</b> .....	18
5.1. Geral.....	18
5.2. Específicos.....	18
<b>6. PERFIL DO EGRESSO</b> .....	19
<b>7. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO</b> .....	21
7.1. Teoria e Prática.....	27
7.2. Interdisciplinaridade.....	29
7.3. Temas transversais.....	30
<b>8. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO</b> .....	32
8.1. A Pedagogia da Alternância.....	32
8.2. Práticas como Componente Curricular.....	35
8.3. Atividades processos articuladores entre o TE e TC, que se desenvolvem no TE.....	35
8.4. Atividades processos articuladores entre o TE e TC que se desenvolvem no TC.....	36
8.4.1. <i>Instrumentos de acompanhamento do TC</i> .....	37
8.4.2. <i>Formas de acompanhamento do Tempo Comunidade</i> .....	37
<b>9. REGIME DE FUNCIONAMENTO</b> .....	37
<b>10. CAMPO DE ATUAÇÃO</b> .....	38
<b>11. FORMAS DE ACESSO AO CURSO</b> .....	39
11.1. Formas de Ingresso.....	39
11.2. Condições de oferta.....	39
<b>12. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b> .....	40
12.1. Matriz Curricular.....	41
<b>13. PROCEDIMENTOS, CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO</b> .....	46
13.1. Sistema de Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.....	46
13.2. Sobre a Aprovação do Estudante.....	47
13.3. Do Sistema de Avaliação de Curso.....	48



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

<b>14. ATIVIDADES ACADÊMICAS</b> .....	49
14.1. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	49
14.2. Sistemas de Avaliação do TCC.....	49
14.3. Estágio Curricular .....	50
14.4. Operacionalização do Estágio Curricular .....	51
14.5. Orientação de Estágio Curricular .....	52
14.6. Sistema de Avaliação do Estágio Curricular .....	52
<b>15. PESQUISA E EXTENSÃO</b> .....	53
15.1. Linhas de Pesquisa.....	53
15.2. Ações de Extensão .....	54
<b>16. ATIVIDADES DO CURSO</b> .....	55
16.1. Atividades Curriculares Complementares.....	55
16.2. Atividades de Monitoria.....	56
<b>17. DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b> .....	56
17.1. Docentes e técnicos administrativos .....	56
<b>18. INFRAESTRUTURA</b> .....	58
18.1. Descrição das instalações físicas disponíveis .....	58
18.2. Acessibilidade.....	59
<b>19. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA</b> .....	59
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	61
<b>APÊNDICES</b> .....	64
<b>APÊNDICE A – EMENTÁRIO</b> .....	65



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

## **1. APRESENTAÇÃO**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presentes em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecem formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) originou-se a partir da integração das escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A instituição busca o atendimento das demandas regionais de localização dos campi e visa contribuir de forma positiva na transformação da realidade social e econômica e para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais e regionais.

A proposta do IFC é, a partir de uma gestão democrática, aproximar o diálogo com a realidade local e regional na busca de soluções, em especial aquelas relacionadas com a educação profissional, reafirmando o compromisso da oferta de educação pública e gratuita de qualidade em todos os níveis e modalidade.

Em Santa Catarina, principalmente na região Oeste, a luta dos movimentos sociais do campo (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimentos dos Pequenos Agricultores, Movimento das Mulheres Camponesas, entre outros) iniciou-se nos anos de 1980, com a articulação dos trabalhadores por lutas e pautas específicas. Assim, a luta pela terra inicia-se com as primeiras ocupações de terras em 25 de maio de 1985, justamente no município de Abelardo Luz, que traz na sua história os conflitos pela terra desde a Guerra do Contestado (1912-1916). A abrangência do Instituto Federal Catarinense – IFC nessa cidade e região é de 22 assentamentos, com aproximadamente 1500 famílias assentadas neste município, contando ainda com os municípios vizinhos



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

(Passos Maia, Vargeão, Bom Jesus, Vargem Bonita, Água Doce, Campos Novos, entre outros) num raio, aproximadamente de 100 km<sup>2</sup>, somam-se 2400 famílias distribuídos em mais de 40 assentamentos, além destes encontram-se agricultores familiares e comunidades.

Além de ser o município com maior concentração de assentamentos de Santa Catarina, Abelardo Luz conta com duas áreas indígenas no próprio município e mais três em municípios vizinhos, como: Palmas, Bom Jesus e Ipuacú.

Abelardo Luz também faz parte do que se denominou “Território da Cidadania”, por apresentar baixos índices de IDH e encontra-se localizado na Faixa da Fronteira oeste, fazendo divisa com o estado do Paraná, contemplando assim um número expressivo de famílias do estado vizinho.

É nessa configuração social que surge a necessidade de uma instituição pública que atenda à demanda formativa/educativa dos trabalhadores camponeses dessa região. Foi nesse intuito que os Movimentos Sociais do Campo em luta reivindicam do Governo Federal em 2011 em audiência, a implantação do Instituto Federal Catarinense em Abelardo Luz em área de Reforma Agrária, para atender à especificidade desses trabalhadores historicamente excluídos dos processos educativos formais. É significativo estar nesse território marcado por lutas e resistências. Portanto, o IFC- Abelardo Luz atenderá como orientação de seu PDI, as classes populares com intenção clara de socialização do conhecimento.

Atualmente, o Campus Avançado de Abelardo Luz encontra-se com um curso técnico em agropecuária, em duas modalidades distintas: concomitante e integral, com pós-graduação em nível de especialização em Educação do Campo e em Educação, com seu quadro de servidores composto por 21 docentes e 03 Técnicos em educação. Além de cursos de qualificação profissional, que são: Produtor de Plantas Aromáticas e Medicinais e Agricultor Familiar.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11892/2008, Lei nº 9.394/1996, Resolução CNE/CP 1/2002 e Resolução CNE/CP 1/2006 sejam alcançados, faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia com o PDI e o PPI,



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em educação do campo com o intuito de justificar a necessidade institucional e social, considerando as normas supracitadas, bem como a demanda pela formação de professores.

## 2. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

<b>DENOMINAÇÃO DO CURSO</b>	Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.
<b>COORDENADOR</b>	<b>NOME DO COORDENADOR DO CURSO:</b> Elodir Lourenço de Souza <b>SIAPE:</b> 2390538 <b>REGIME DE TRABALHO:</b> 40 horas – Dedicção Exclusiva <b>MAIOR TITULAÇÃO:</b> Mestrado em Educação <b>E-MAIL:</b> <a href="mailto:elodir.souza@ifc.edu.br">elodir.souza@ifc.edu.br</a> <b>TELEFONE:</b> (49) 991485259
<b>NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE*</b> * O Núcleo Docente Estruturante segue as orientações definidas na resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 e no seu Art. 3º inciso III, sendo que todos os membros do NDE possuem regime de trabalho em tempo integral.	PORTARIA Nº 48 / 2022 - PORT/ABL Camila Munarini Elodir Lourenço de Souza Daiana Colombo Figueredo Ítalo Kiyomi Ishikawa Manoel Sampaio Schiavi Luciana Carlos Geroleti



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

<b>MODALIDADE</b>	Presencial em alternância
<b>GRAU</b>	Licenciatura
<b>TITULAÇÃO</b>	Licenciado em Pedagogia
<b>LOCAL DE OFERTA</b>	Campus Avançado Abelardo Luz <b>CNPJ:</b> 10.635.424.0002-67 <b>RAZÃO SOCIAL:</b> INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE <b>NOME DE FANTASIA:</b> INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – Campus Avançado Abelardo Luz <b>ESFERA ADMINISTRATIVA:</b> FEDERAL <b>SITE:</b> <a href="http://www.abelardoluz.ifc.edu.br">www.abelardoluz.ifc.edu.br</a> <b>Endereço do campus:</b> Estrada Geral – Assentamento José Maria, SN, Abelardo Luz/SC <b>Cep:</b> 89830-000 <b>Telefone/Fax:</b> (47) 3331-7881 <b>E-mail de contato:</b> <a href="mailto:dde@abelardoluz.ifc.edu.br">dde@abelardoluz.ifc.edu.br</a> <b>Site da unidade:</b> <a href="http://abelardoluz.ifc.edu.br">http://abelardoluz.ifc.edu.br</a>
<b>TURNO</b>	Integral
<b>NÚMERO DE VAGAS</b>	40 vagas
<b>CARGA HORÁRIA DO CURSO</b>	Carga horária Estágio Curricular Obrigatório: 405 horas Carga horária Atividades Complementares: 200 horas Carga horária de Prática como Componente Curricular: 405 horas Carga horária total do curso: 3.395 horas
<b>PERIODICIDADE</b>	Anual
<b>PERÍODOS</b>	8 semestres
<b>LEGISLAÇÃO</b>	Legislações vigentes para o curso: <ul style="list-style-type: none"><li>• Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;</li><li>• Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de</li></ul>



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

	<p>Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense;</li><li>• Resolução nº 057/2012/IFC/CONSUPER, que trata da Organização Didática dos Cursos Superiores;</li><li>• Lei nº 10.870/2004, que instituiu Taxa de Avaliação <i>in loco</i> das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências;</li><li>• Decreto nº 5.296/2004, que dispõe sobre as condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida;</li><li>• Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;</li><li>• Resolução CONAES nº 01/2010, que dispõe sobre a formação do Núcleo Docente Estruturante (NDE);</li><li>• Resolução CNE/CP nº 01/2012; que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos;</li><li>• Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura - Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação, 2010;</li><li>• Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos;</li><li>• Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do</li></ul>
--	---



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

	<p>Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei n° 11.645/2008; Resolução CNE/CP n° 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004;</li><li>• Política Nacional de Educação Ambiental: Lei n° 9.795/1999; Decreto n° 4.281/2002.</li><li>• CNE/Resolução N° 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008 - Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.</li><li>• CNE/Resolução N° 1, DE 3 de abril de 2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.</li><li>• DECRETO No 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.</li><li>• Decreto n° 5.626 de 22 de dezembro de 2005 – Dispõe sobre a língua Brasileira de Sinais – Libras;</li><li>• Pareceres CNE/CP n° 5/2005 e 3/2006 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e a correspondente Resolução;</li></ul>
--	--



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Parecer CNE/CEB no 1, de 02 fevereiro de 2006 - Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA)</li><li>• Portaria normativa nº 009, 3 de novembro de 2016 – Define as Diretrizes para os cursos de licenciatura do Instituto Federal Catarinense.</li><li>• Resolução nº 1 CNE/CP de 15 de maio de 2006 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura;</li><li>• Parecer CNE/CP nº 4/2005 – Aprecia a indicação CNE/CP nº 3/2005, referente asDCNs para formação de professores fixadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002;</li><li>• Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007 – Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos a integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;</li><li>• Referências Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, Brasília, Abril 2010.</li><li>• Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia de Graduação em Pedagogia, licenciatura;</li><li>• Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 – Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.</li><li>• Portaria Normativa 009/2016 – Diretrizes para os cursos de Licenciatura no Instituto Federal Catarinense.</li></ul>
--	---

### 3. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O NDE do Curso Superior de Pedagogia, nomeado pela PORTARIA Nº 48 / 2022 -

PORT/ABL, é assim constituído:

Nome	SIAPE	RT	Formação Acadêmica	Maior Titulação	Função	E-mail
------	-------	----	--------------------	-----------------	--------	--------



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

Daiana Colombo Figueredo	1140811	40h/DE	Licenciatura em química	Mestrado	Professora	daiana.figueredo@ifc.edu.br
Camila Munarini	2390092	40h/DE	Licenciatura em Educação do Campo	Mestrado	Professora	camila.munarini@ifc.edu.br
Manoel Sampaio Schiavi	2354049	40h/DE	Licenciado em Artes	Mestrado	Professor	manoel.schiavi@ifc.edu.br
Luciana Carlo Geroleti	3171465	40h/DE	Licenciado em História	Doutorado	Professora	luciana.geroleti@ifc.edu.br
Elodir Lourenço de Souza	2390538	40h/DE	Licenciatura em Pedagogia do Campo	Mestrado	Professor	elodir.souza@ifc.edu.br
Ítalo Kiyomi Ishikawa	2409627	40h/DE	Licenciado em Filosofia	Doutorado	Professor	italo.ishikawa@ifc.edu.br

#### **4. PERFIL DO CURSO**

A Educação Básica enfrenta hoje grandes desafios em relação ao fomento de propostas pedagógicas que estejam em consonância com as demandas sociais emergentes.

Vive-se um tempo de mudanças que nem sempre são retratadas no contexto escolar. Tais transformações exigem a formação de um profissional em pedagogia dotado de conhecimentos que permitam sua inserção, compreensão e transformação do mundo ao qual faz parte. Neste sentido, é necessário destacar o papel fundamental do docente, do pesquisador e do gestor de processos pedagógicos (planejamento, coordenação, execução e avaliação), assim como na construção e difusão de conhecimentos científicos, conforme exposto no artigo 4º na Resolução 01/2006/CNE que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e na Resolução CNE/CP Nº 2, de



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

01/07/2015:

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços de apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II- planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III- produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional em contextos escolares e não-escolares.

Observando os diversos campos de atuação do profissional licenciado em Pedagogia, nota-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia ampliam as possibilidades de atuação do pedagogo, tanto em espaços de formação escolar, quanto não-escolar.

As orientações trazidas pelas novas diretrizes e a ampliação dos horizontes de formação para os profissionais graduados no curso de pedagogia, principalmente no que se refere ao sentido de docência, “exigirá uma nova concepção de educação, da escola, da pedagogia, da docência, da licenciatura [...] que (as) situe(m) no contexto mais amplo das práticas sociais construídas no processo de vida real dos homens, com o fim de demarcar o caráter sócio-histórico desses elementos” (AGUIAR, *et. al.*, 2006, p.832). Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a formação de docentes para atuar na educação básica:

Art. 62. [...] far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Esse artigo da LDB 9394/96 foi regulamentado pelo Decreto n. 3.276 em 6 de dezembro de 1999, dispondo sobre a formação de nível superior de professores para atuar na educação básica:

Art. 1º. A formação em nível superior de professores para atuar na educação básica, observado o disposto nos arts. 61 a 63 da o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, far-se-á conforme o disposto neste Decreto.

Art. 2º. Os cursos de formação de professores para a educação básica serão organizados de modo a atender aos seguintes requisitos:



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

I - compatibilidade com a etapa da educação básica em que atuarão os graduados;

II - possibilidade de complementação de estudos, de modo a permitir aos graduados a atuação em outra etapa da educação básica;

III - formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento;

IV - articulação entre os cursos de formação inicial e os diferentes programas e processos de formação continuada.

Art. 3º. A organização curricular dos cursos deverá permitir ao graduando opções que favoreçam a escolha da etapa da educação básica para a qual se habilitará e a complementação de estudos que viabilize sua habilitação para outra etapa da educação básica.

§1º A formação de professores deve incluir as habilitações para a atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento.

§2º A formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, preferencialmente, em cursos normais superiores.

A partir do enunciado na legislação, reitera-se a necessidade da formação dos profissionais da educação, em geral, e dos professores, em cursos superiores de licenciatura. Porém, há a prerrogativa de algumas especificidades de acordo com a realidade em que a instituição está inserida.

De acordo com a Resolução Nº 2, de 01/07/2015, em seu Art. 2º:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

Isso implica em que a ampliação de oferta de novos cursos esteja pautada em projetos que visem à transformação social e que reflitam criticamente acerca dos espaços



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

educacionais e do fazer docente. O IFC de Abelardo Luz encontra-se numa área de assentamentos rurais e duas reservas indígenas, que integram o Território da Cidadania, justificando assim, a necessidade da oferta de um curso de graduação que atenda a modalidade de educação do campo.

A Educação do Campo (EdoC) surge no contexto de luta, pautada pelos movimentos sociais que buscam vincular a educação escolar à realidade de exclusão vivida por grande parte da população, especialmente a população do campo. A educação dos povos do campo deixou de ser apenas uma reivindicação social de melhores condições de acesso e de qualidade ao conhecimento escolar e constituiu-se como reflexão teórica e prática. Marcada pelas contradições que o meio rural vive e contrapondo à concepção de educação rural, a educação do campo se afirma como marco conceitual. Embora esse debate ainda seja desconhecido por diversos órgãos públicos que trabalham diretamente com as escolas do campo, ela vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões educativas e tem trazido para o campo teórico, várias indagações que tem gerado inúmeros debates. Para Caldart:

Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entrelógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2012, p. 259)

De acordo com as reflexões sistematizadas por Caldart (2012), a educação do campo inaugura uma nova realidade brasileira, que a partir de questões práticas relacionadas ao campo, incide sobre os interesses das comunidades camponesas, que lutam por uma educação pensada a partir da ideia de educação como direito universal. Nesse sentido, não é por acaso que se entra no debate sobre política pública, Caldart (2012) argumenta: “O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta ‘experiência’, e, portanto, nos ajuda na compreensão do que essencialmente ela é e na ‘consciência de mudança’” (CALDART, 2012, p. 259).

A proposta da educação do campo foi sendo construída a partir do I Encontro



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Nacional de Educação na Reforma Agrária – ENERA, que aconteceu em 1997 e do I Encontro Nacional da Educação do Campo, ocorrido em 1998, mas principalmente a partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica para o campo, travadas pelos Movimentos Sociais do Campo, principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e também com o envolvimento do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, do Movimento dos Pequenos agricultores – MPA, das organizações indígenas e quilombolas, além da contribuição de sindicatos e organizações sociais, de universidades, tais como: A Universidade Nacional de Brasília – UNB, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, a Universidade Federal da Bahia - UFBA, entre outras.

Além disso, para a consolidação da proposta de educação do campo, foi fundamental a articulação com experiências históricas de lutas e resistência na educação desenvolvidas pelas Escolas Famílias Agrícolas e pela Educação Popular, principalmente pelo Movimento de Educação de Base – MEB.

Nesse contexto, a educação do campo, segundo Caldart, surge como enfrentamento de políticas neoliberais para a educação e para a agricultura “E isso se refere tanto ao debate da educação quanto ao contraponto de lógicas de produção da vida, de *modo de vida*”. (CALDART, 2012, p. 264). Sendo assim, articula-se ao modo de organização do trabalho e da vida dos camponeses.

Ao tornar-se política educacional a EdoC materializa a proposta dos Movimentos Sociais do Campo e atende demandas nessa área, no entanto, mesmo havendo ações específicas a essa população, os dados revelam a grande defasagem educacional que historicamente acompanha o destino da população camponesa. Segundo IBGE (2010) 23,2% dos Jovens e adultos do campo são analfabetos (enquanto que na cidade esse número é 7,3%); a escolaridade média dos sujeitos do campo com mais de 15 anos, segundo IBGE (2010) é de 4,5 anos (enquanto que na cidade é 7,8 anos); os dados (PNAD, 2006) de escolaridade dos Jovens de 18 a 29 anos demonstra que 26,16 % não concluíram primeiro seguimento do Ensino Fundamental. 61,80 % Não concluíram segundo seguimento do Ensino Fundamental (na cidade 18% não concluíram primeiro seguimento do Ensino Fundamental 30% não concluíram segundo seguimento do Ensino



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Fundamental). Tais dados demonstram que parte significativa da população do campo está excluída do acesso à educação, devido a falta da oferta ou a precariedade das escolas do campo, tanto nas estruturas físicas e condições de transportes escolares, quanto na formação de educadores.

Quanto à formação dos educadores das escolas do campo, nos deparamos com dados alarmantes, pois, segundo Censo Escolar (2011), no campo possui 342.845 educadores no campo, destes apenas 182.528 (53,3%) possuem ensino superior e 160.317 (46,7%) não possuem ensino superior. Sendo que dos que não possuem ensino superior, 156.190 possuem Ensino Médio e 4.127 possuem apenas o Ensino Fundamental.

Assim, tendo ciência da baixa escolaridade dos sujeitos do campo, da existência de uma proposta e das leis da EdoC que respeita a realidade, a diversidade, a especificidade do campo e das leis que asseguram a Educação do Campo é que torna necessário a criação de cursos de nível superior de formação de professores para o campo. Neste sentido, o curso de Licenciatura em Pedagogia do IFC campus de Abelardo Luz, contribuirá para suprir a demanda de formação de educadores para atuação nas escolas do campo.

Oferecer uma boa formação para os professores que trabalharão com a educação do campo é o que se espera deste curso de pedagogia com ênfase em educação do campo, pois a verdadeira qualidade do ensino, que possibilitará a diminuição do analfabetismo e a elevação do nível de escolaridade e de conhecimentos dos trabalhadores do campo, exige também a formação de docentes preparados para atender a essa realidade e especificidade.

O IFC – Campus Abelardo Luz, está imerso em uma região agrícola e de muitos assentamentos, tornando-se expressiva a demanda por formação de educadores que dialoguem com essa realidade. São cerca de 40 assentamentos localizados nos municípios: Abelardo Luz, Ouro Verde, Passos Maia, Vargeão, Ponte Serrada, Catanduvas, Vargem Bonita e Água Doce. Tem-se a demanda de atendimento de mais de 10 escolas, sendo que, no Município de Abelardo Luz há duas Escolas de ensino fundamental, as quais atendem desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental, com 500 educandos em cada uma delas e duas escolas de ensino médio que



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

atendem 300 alunos. Uma dessas escolas é a Paulo Freire, localizada no Assentamento José Maria, que oferece ensino médio em parceria com o curso Técnico Concomitante em Agropecuária com ênfase em Agroecologia ofertados pelo próprio Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Abelardo Luz

Portanto, é nessa realidade, marcada pela resistência dos trabalhadores camponeses que lutam pela permanência na terra, que emerge a necessidade de instituições públicas que atendam as demandas históricas relacionadas à educação. Esse foi o objetivo da consolidação do IFC- Abelardo Luz nessa região, bem como do curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.

## **5. OBJETIVOS DO CURSO**

### **5.1. Geral**

O curso de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, que compreendem a gestão de sistemas e instituições de ensino, em contextos escolares e não escolares, nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

### **5.2. Específicos**

- Formar professores capazes de atuar em diferentes contextos, utilizando estratégias que respeitem as diferenças, contribuindo para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, culturais, políticas e outras;
- Formar educadores e educadoras engajados aos movimentos sociais e organizações populares para atuarem na realidade educacional do campo;
- Desenvolver programas de conteúdo filosófico e político que permitam a compreensão das propostas educacionais oriundas de diferentes matrizes filosóficas;
- Estimular a análise e o debate sobre os sentidos conferidos à educação em diferentes períodos, com ênfase no que se verifica no tempo presente;



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

- Valorizar, através de bases científicas, o estudo crítico das relações sociais que são mediadas pelo fenômeno educacional em diferentes perspectivas conjunturais, com vistas à transformação social;
- Analisar as diferentes concepções didático-epistemológicas que pautam as diversas correntes educacionais;
- Conhecer e valorizar a diversidade cultural dos povos do campo, das águas e da floresta;
- Identificar a Didática como saber relacionado à *práxis* educacional e potencializador do engajamento político;
- Concatenar dialeticamente as ações de planejamento de ensino, formação e avaliação pedagógica na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos além de Gestão em espaços escolares e não escolares;
- Apresentar, produzir e implementar possibilidades metodológicas a partir das quais sejam possíveis mediações entre as diversas áreas do conhecimento, Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão em espaços escolares e não escolares;
- Estimular o desenvolvimento de tecnologias de informação e de comunicação para além de seus aspectos instrumentais, alcançando tecnologias identificadas nos princípios que regem este Projeto de Curso;
- Construir processos de pesquisa e produção do conhecimento científico engajado na perspectiva da transformação social;
- Construir elementos para processos de educação estética;
- Produzir material didático para o contexto da Escola do Campo;
- Desenvolver vivências em diferentes Escolas do Campo;
- Engajar-se em processos de educação não-formal nas comunidades de origem;
- Construir processos de intervenção prática nas escolas e comunidades.

## **6. PERFIL DO EGRESSO**

O profissional licenciado em Pedagogia ficará habilitado a exercer atividades de ensino e pesquisa, além de atuar na organização e gestão de projetos educacionais em



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

diversas áreas da educação, enfatizando-se sua formação como docente. Além de compreender a história, a proposta teórica/prática e a política de educação do campo e atuar na construção e desenvolvimento de processos pedagógicos das escolas, especialmente do campo e de outros espaços de educação/formação. Assim, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de Julho 2015), o (a) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático/pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais existentes no campo, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, econômico, político e sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão: (I) promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local; (II) atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

## **7. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO**

As Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltam que a educação do licenciado em Pedagogia deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural. Juntamos a isso a orientação do PDI do Instituto Federal Catarinense que compreende: “o exercício pedagógico propõe-se a encontrar o equilíbrio entre a formação humana e a formação profissional, orientado pelo diálogo, pela integração dos saberes, pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica, visando a autonomia intelectual do educando”. (PDI, 2014 p. 34).

Para dar conta desses elementos fundamentais para a formação do profissional pedagogo/educador, o curso orienta-se pelos princípios filosóficos e pedagógicos que constitui o PDI do IFC, quanto à concepção de formação humana, a concepção de sociedade e a concepção de educação. Essas concepções estão fundamentadas pela abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético, que como citada no PDI (2014):

[...] materialismo, porque somos o que as condições materiais (...) nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nasce da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo. (CHAUÍ, 1995 apud PDI 2014, p. 34).

Segundo essa concepção, o ser humano, assim como toda a realidade, se encontra em constante movimento.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

É nesta condição que se produz como ser histórico. É pelo trabalho que o ser humano constitui-se em sua formação histórica e social, pois ao transformar a natureza por meio de sua atividade/trabalho, promoveu em si o salto ontológico. Esse processo de transformar-se ao transformar possibilitou a passagem da esfera orgânica para a esfera social, tornando-se um ser social.

Em relação à educação, a concepção teórica que nos orienta enquanto instituição, compreende que o ser humano é o único capaz de transformar o seu conhecimento a partir de abstrações, do acúmulo de experiência e do pensamento, produzindo novo conhecimento de ação transformadora do mundo. A Educação, diferente do conhecimento que é propriedade de toda matéria viva, é atributo exclusivo da sociedade humana, de maneira que não é possível pensar um ser humano sem educação, nem educação sem o ser humano. Nesse viés, o meio social é um elemento educativo, a educação acontece em diversos espaços (como a igreja, a rua, no espaço de trabalho, o desemprego, o sindicato entre outros) e de maneira diferente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas – que é parte integral da dinâmica transformadora e transformante do ser humano. Portanto, a educação não é um fazer somente da escola numa relação entre “educador-educando”. O processo pedagógico é mediado pelas relações sócio-históricas dos sujeitos e das condições objetivas que o constituem. A educação escolar, nesse sentido, tanto pode reproduzir, quanto pode contribuir para transformar a sociedade.

Temos na escola, diversos papéis, mas sem dúvida, a sua principal função social é a de socializar os conhecimentos historicamente produzidos e acumulados pela humanidade de forma efetiva e universal. Sendo o IFC uma instituição pública, deve estar comprometido com a realidade onde se insere, como destaca o PDI (2014), a garantia de sua oferta perpassa “tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver, sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada”. (CHAUÍ, 2012 apud, PDI, 2014, p. 41).

Deste modo, a escola pensada desde e para a classe trabalhadora deve assumir o princípio da formação para a emancipação humana, conforme destacado no PDI (2014), a formação omnilateral do sujeito histórico se constitui o principal alicerce para pensar a



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

proposta de educação pretendida no curso:

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (CHAUÍ, 2012 apud, PDI, 2014, p. 37-38).

Nesta perspectiva os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Coerentemente, aos pressupostos apresentados, adota-se o enfoque histórico-cultural de aprendizagem, que tem como um de seus principais precursores Vygotsky. Esse autor (1993; 2001), defende a ideia de que as funções mentais superiores são o produto da história socialmente construída e reflexo das relações dialéticas sujeito e mundo, e a mente como uma construção social e cultural.

Desta forma, a Teoria Histórico-Cultural evidencia aprendizagem e o desenvolvimento como fenômenos humanos semioticamente mediados, considerando a linguagem o instrumento imprescindível para a construção do conhecimento. A teoria histórico-cultural evidencia também, que o sujeito, da mesma forma que sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, também pode agir de forma consciente sobre estas forças, isto sem o rompimento entre a dimensão biológica e simbólica que o constitui.

A concepção histórico-cultural considera que todos são capazes de aprender e compreende que as relações e interações sociais estabelecidas pelos sujeitos são fatores de apropriação de conhecimento. Neste sentido, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais de todos os estudantes.

Desse modo, o papel do professor é conhecer o nível de desenvolvimento em que se encontram seus estudantes a fim de estabelecer mediações pertinentes que possibilitem o desenvolvimento destes sujeitos. De acordo com Rego (2002, p.88), o fator imprescindível para as interações na sala de aula são os diferentes ritmos, comportamentos, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada sujeito.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Esses imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade da troca de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e, conseqüentemente, a ampliação das capacidades individuais.

É importante ressaltar que a formação do Licenciado em Pedagogia tem peculiaridades muito especiais, ou seja, o estudante aprende a profissão no lugar similar a aquele em que vai atuar, porém numa situação invertida. Este movimento implica que deve haver uma coerência entre o que se faz na formação e o que dele se espera como profissional. Neste sentido, o Parecer CNE/CP 009/2001 evidencia a necessidade que o futuro professor experiencie como estudante, durante todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende e venham a ser concretizados em suas práticas pedagógicas e na sua formação específica considera-se a afirmação do decreto nº 7.352/2010 sobre a Política de Educação do Campo, que forma profissionais com capacidade de dialogar com a realidade local e sua diversidade cultural, econômica e social buscando a melhoria da vida desses sujeitos.

Considerando os aspectos acima expostos, discorreremos sobre os princípios filosóficos e metodológicos - coerentes com a orientação fundamentada pela concepção do materialismo histórico dialético dado pelo PDI do IFC – a serem considerados na formação humana e dos profissionais da educação formados por essa Instituição:

- Um primeiro princípio é **a formação omnilateral** (FRIGOTTO, 2012), ou seja, o exercício de práticas que possibilitem o desenvolvimento de várias dimensões do ser humano: física, psicológica, mental, corporal, política, social, estética, do trabalho, dentre outras.

- Um segundo, que decorre desse é a garantia do **acesso ao conhecimento amplo e profundo da realidade**, portanto, um conhecimento engajado, interessado, posicionado. Não existe neutralidade no conhecimento, nós o colocamos a serviço de um ou de outro projeto de sociedade.

- Um terceiro princípio é **a formação crítica** (SAVIANI, 2005 e 2005 a), que só é possível articulado aos dois primeiros princípios. Exige a construção de elementos que possibilitem o desvelamento da realidade, portanto, a compreensão profunda das raízes das questões da vida, o que dá sustentação ao posicionamento diante dela;



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

- Como quarto princípio indicamos a necessidade de construção da **identidade de classe** (LUKÁCS, 2003 e 2009), o que só é possível nas relações entre os sujeitos da mesma classe, num processo de comprometimento com as lutas da mesma.

- Quinto princípio é **a formação para o trabalho e pelo trabalho** (MACHADO, 1989; PISTRÁK, 2003, SHULGIN, 2013) – não unilateralmente, mas buscando construir tanto a competência técnica, como a competência política (superar aquele processo que prepara os sujeitos para serem tecnicamente competentes, mas politicamente inofensivos)

- Como sexto princípio, podemos indicar a necessidade de articular processos de **auto-organização dos sujeitos**, na perspectiva de exercitar práticas que contribuam para desenvolver a autonomia, a coletividade, a iniciativa, a capacidade de organização.

- E sétimo, mas não último, a necessidade de **planejamento coletivo**, de planejar “com e não para”. Isso exige um sentimento de pertença ao grupo e de respeito ao outro bastante significativo.

Sustentados por esses princípios filosóficos que orientam a formação humana que pretendemos, indicamos os princípios pedagógicos-metodológicos que orientam de forma complementar algumas especificidades do curso proposto, expressas em alguns princípios da ação coletiva que se pretende no mesmo:

- O primeiro princípio é o **epistemológico**, segundo o qual se considera o conhecimento como construção sócio-histórico-cultural. Para realizar o trabalho, o homem foi criando vários instrumentos e várias formas de fazê-lo. Assim, foi dividindo o trabalho e essa divisão provocou a divisão dos homens, que divididos foram se organizando em classes, constituindo uma sociedade de classes.

Se o homem se faz pelo trabalho e esse trabalho é realizado com o outro, ele tem um aspecto coletivo, portanto coletivamente vai produzindo o conhecimento. Então, o conhecimento é produto do trabalho humano que precisa ser socializado aos outros homens. Isso acontece por meio da educação. É preciso entender aqui educação também como processo de socialização do que a sociedade já produziu, portanto, mediadora entre a sociedade e a “pessoa”. As questões da educação são engendradas nas relações que os homens estabelecem ao produzir sua existência. A educação, portanto, não é neutra, é política, não é deslocada do contexto, é processo situado social e historicamente. A



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

educação socializa o resultado do trabalho e é trabalho.

Segundo Wachowicz (1995), a educação não se reduz à transmissão do conteúdo cultural, mas de apropriação de uma realidade, não só de um conteúdo elaborado sobre essa realidade. Assim, a função do curso é socializar conhecimento produzido historicamente e socialmente, na perspectiva de apreender a própria realidade.

Nesse sentido, é importante (re) conectar os conteúdos escolares com os aspectos da realidade, ou seja, trabalhá-los de forma contextualizada. Desencarregar-se-á um processo de apropriação do conhecimento que promoverá a tomada de consciência da realidade, estabelecendo-se relação entre o singular, o particular e o universal.

A partir dessa compreensão é que definimos o segundo princípio, ou seja, estabelecer a relação dialética entre **teoria e prática**, ou seja, a partir dos conteúdos formais propiciar uma reflexão sobre a realidade próxima e ampla. Contribuindo para instrumentalizar os sujeitos para intervirem significativamente sobre a mesma. Como nessa proposta, os sujeitos envolvidos estão inseridos no campo, igualmente importante é dar visibilidade às questões relacionadas com a vida no campo, construindo instrumentos para percebê-la no conjunto da sociedade e superar a visão de suposta dicotomia que existe entre campo e cidade.

Para que isso aconteça, faz-se necessário ter como processo central do trabalho pedagógico, a **pesquisa que** é nosso terceiro princípio. Passa a ser condição para a investigação que vai do particular ao universal, do específico ao geral. Se uma das principais preocupações é a realidade, e essa é composta de pessoas, faz-se necessário igualmente ter como princípio também a consideração em relação às diferenças étnicas, de classe, de gênero e as necessidades especiais de cada sujeito, sejam elas de caráter físico, social, mental e outros. Nesse sentido, é importante, ressaltar que, ao tratar das questões teórico-metodológicas, políticas, legais, sociais considerar as especificidades dos sujeitos inseridos em diferentes processos educativos, como as crianças, os jovens, adultos e idosos, as pessoas com necessidades especiais e outros. Considerar a diferença não é precarizar os processos destinados a determinados sujeitos, pelo contrário, é atendê-los na sua especificidade, mas garantindo o desenvolvimento de todas as dimensões humanas num processo de aprendizagem altamente qualificado nessa perspectiva,



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

portanto, um processo exigente e intencionalmente planejado.

É com essa preocupação que surge como quarto princípio a perspectiva **interdisciplinar**, que articular-se a perspectiva educacional adotada no curso. Nessa direção Bianchetti (1995), considera que a interdisciplinaridade vincula-se aos pressupostos do materialismo histórico dialético e se constitui elemento mediador entre as diferentes disciplinas. Assim sendo, a interdisciplinaridade não poderá, jamais, ser um elemento de redução a um denominador comum, mas sim, um elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. Nesta lógica, é assumida como princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão de seus limites, mas, acima de tudo, é o princípio da diversidade e criatividade.

Nesse sentido, nasce o quinto e talvez mais importante princípio é que justamente o aspecto **político** classista da educação, explicitando-se a opção pela população do campo na perspectiva de desvelar a sociedade de classes e tornar a educação um instrumento importante na luta para a superação das desigualdades e tomada de consciência da realidade. Assim, adotar-se-á um processo de gestão com ampla participação para que todos os envolvidos no processo atuem efetivamente na construção, implementação e avaliação da proposta.

### 7.1. Teoria e Prática

Como já aventado, nos princípios filosóficos e pedagógicos, a relação teoria e prática ocupa espaço fundamental na organização do curso. Conforme a resolução CNE/ME n. 2/2015 (BRASIL, 2015) que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada assinalam a importância da articulação entre a teoria e a prática. Ao longo do processo formativo, deverá ser garantida a “efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência” (BRASIL, 2015, Art. 13, §3º).

A dimensão da relação teoria e prática pode ser compreendida a partir do que Vásquez (1968, p.117) denomina como: “atividade teórica e prática que transforma a



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

natureza e a sociedade; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica, na medida em que esta ação é consciente". Diante dessa perspectiva, o curso ressalta a necessidade da articulação entre os conhecimentos teóricos e a prática social – como práxis.

Outra contribuição importante sobre a relação teoria e prática é de Kuenzer (2002, s/p), ao nos dizer que:

Não se trata mais de apenas fazer, mas de um fazer refletido, pensado, o que remete à ideia do movimento do pensamento que transita do mundo objetivo para a sua representação no plano da consciência; ou seja, o pensamento não é outra coisa senão uma imagem subjetiva do mundo objetivo, que se constrói a partir da atividade humana.

Para a autora a prática, nesta perspectiva, se aproxima da concepção de práxis, uma vez que depende estreitamente do conhecimento teórico.

Nos termos do projeto pedagógico do curso, segundo o Parecer CNE/CP n. 5, de 13 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de Pedagogia (BRASIL, 2005), e pela Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006, que dispõe sobre a Instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia (licenciatura) a integralização de estudos será efetivada por meio de disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação (BRASIL, 2006, Art. 8º, Inciso I).

É dessa forma que o Curso pretende materializar a relação teoria e prática. Exercício complexo, porém necessário à formação do profissional em educação. “O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica” (BRASIL, 2006, Art. 2º, §2º), deverá proporcionar condições para que o licenciado possa solidificar e aplicar no campo da educação, contribuições de outras áreas do



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

conhecimento (filosófica, histórica, antropológica, psicológica, linguística, entre outras).

## 7.2. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade deve ser compreendida como uma atitude de compreender todo o conhecimento de modo igualmente importante (FAZENDA, 2011), sem atribuir um maior valor para uma ou outra área do conhecimento. Neste sentido, compreendemos que a interdisciplinaridade nos permite manter o respeito por cada uma das disciplinas, ao mesmo tempo em que busca superar os limites de cada uma por meio de atividades que permitam a interação entre as mesmas, visando a aquisição e o aprimoramento de novos conhecimentos.

Desta forma, não se pretende “propor a superação de um ensino organizado por disciplinas, mas a criação de condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, aliando-se aos problemas da sociedade” (FAZENDA, 2011, p. 89). Dentro do contexto interdisciplinar, Demo (1998) sugere a prática de pesquisa em grupo como a metodologia mais indicada, pela possibilidade da cooperação qualitativa entre especialistas. Esta prática será viabilizada por intermédio das equipes de profissionais ou pesquisadores especialistas, mediados pela linguagem, pelo diálogo e pelos métodos acessíveis a todos.

Cabe salientar que a abordagem interdisciplinar deve ser entendida como produto histórico. Tal compreensão aponta Frigotto (2008), não exclui a necessidade de avançar na direção de outro paradigma que permita uma aproximação maior da visão histórica. Não implica também que interdisciplinaridade e especialidade não possam conviver de forma harmoniosa, dado que o “genérico e o específico não são excludentes” (FRIGOTTO, 2008, p. 38).

É a partir dessas contribuições que o Curso pretende materializar o exercício da interdisciplinaridade no processo de formação. Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar, a metodologia e a abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações e diálogos entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores e posteriores, tendo como foco a “formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade” (LÜCK apud PELEIAS et al., 2011, p. 503).

A articulação entre o corpo docente do curso é que vai permitir maiores avanços nas relações interdisciplinares a serem estabelecidas. Para isso, o planejamento coletivo e sistemático torna-se indispensável, a partir da integralização do Projeto Pedagógico do Curso.

Tendo a compreensão da necessidade das disciplinas interagirem entre ambas vislumbrando a apropriação mais integral do conhecimento, conforme aponta Fazenda (2008), o curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo articula as disciplinas a partir de dois grandes eixos: o primeiro: **Educação e luta de classes** irá do primeiro ao quarto semestre compreende a história, a concepção e a política da educação e da educação do campo. Estão nele contempladas as linhas de pesquisas: *Estado, Políticas públicas de educação, luta de classes* e a linha de pesquisa *história e concepção da educação e da educação do campo*.

O segundo eixo articulador: **Trabalho, Educação e Movimentos Sociais** irá do quinto ao oitavo semestre, compreende as discussões e estudo das experiências educativas das escolas do campo; gestão de processo pedagógico em espaço escolar e não escolar; Educação do campo e agroecologia. Nele está contempladas as linhas de pesquisas: *Experiências educativas em escolas do campo e a luta dos Movimentos Sociais por educação* e a linha de pesquisa *Gestão escolar e não escolares*.

As disciplinas trabalharão a partir de suas ementas descritas neste PPC, no entanto, farão articulações e links entre ambas através dos eixos articuladores, isso implicará na organização da realização de planejamentos coletivos entre os educadores, inclusive possibilitará o desenvolvimento de aulas com dois ou mais educadores juntos, quando necessário. Além disso, os eixos articuladores desdobrarão em linhas de pesquisa as quais discentes e docentes se vincularão para o desenvolvimento de suas pesquisas. Em síntese, os dois grandes eixos articularão o conteúdo das disciplinas e servirão de linhas de pesquisa.

### 7.3. Temas transversais



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Buscando atender às exigências legais, com relação aos temas transversais, o presente curso contempla ao longo das suas disciplinas a abordagem das questões referentes às seguintes temáticas: étnico-raciais, questões ambientais e direitos humanos.

No âmbito das **questões étnico-raciais**, o curso pauta-se pelos documentos legais, a seguir: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP 1/2004; e, Parecer CNE/CP 3/2004. Compreendendo a necessidade e também a obrigatoriedade da abordagem da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo escolar da Educação Básica, faz-se necessário que o profissional licenciado tenha conhecimento sobre as questões pertinentes a este campo temático de estudo. Neste sentido, dentro do curso, compreendemos que as disciplinas de “Antropologia”, “História da Educação”, “Fundamentos Metodológicos das Artes” e “Metodologia e Literatura da Educação Infantil” contemplarão esta temática, atendendo à indicação proposta na Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, a qual define que: “O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil” (BRASIL, 2004, Art. 3º, §3º).

Com relação às **questões ambientais**, nos amparamos na Lei nº 9.795/1999 e no Decreto nº 4.281/2002. Compreendendo a educação ambiental como um conjunto de processos “por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, Art. 1º), entendemos que esta temática tem que estar presente no currículo da formação de professores. Neste sentido, o curso buscará propiciar aos alunos o contato com os assuntos pertinentes ao meio ambiente, a fim de que os mesmos tenham compreensão a respeito da importância e do cuidado com o meio ambiente. Para atender ao propósito legal, todas as disciplinas abordarão a temática de educação ambiental, como preconiza o Art. 11, da Lei nº. 9.795/1999, que define o seguinte: “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”.

Por fim, no âmbito dos **direitos humanos**, o curso está amparado no Parecer



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012. As questões referentes à temática dos direitos humanos são de presença indispensáveis na formação do profissional da área da educação, na medida em que os mesmos, compreendidos como um “conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana” (BRASIL, 2012, Art. 2º, §1º). Desta forma, sua presença é necessária e permite que a pessoa, enquanto cidadã compreenda-se como parte integrante da sociedade e não apenas um como “coadjuvante” que reproduz o *status quo* e aceita as mazelas e as opressões sociais que ocorrem em nosso dia a dia. Neste sentido, para abordar esta temática, escolheu-se as disciplinas de “Ética e bioética”, visto que as mesmas trabalham com assuntos pertinentes aos direitos e deveres dos seres vivos. Além do mais, conforme a Resolução CNE/CP nº 1/2012, em seu Art. 7º, Inciso II, é possível constatar uma das possibilidades de trabalho com este componente curricular, definindo-se que a Educação em Direitos Humanos poderá ser desenvolvida “como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar”.

Com isto, buscamos enfatizar o modo como os temas transversais serão trabalhados ao longo das disciplinas, dentro do curso de Licenciatura em Pedagogia. Cabe salientar que este planejamento não é estanque e nem limitador, sendo permitido que as demais disciplinas possam abordar as respectivas temáticas, tanto individualmente, como de modo interdisciplinar.

## **8. A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO**

### **8.1. A Pedagogia da Alternância**

A Pedagogia da Alternância é o movimento político-pedagógico de organização do ensino no curso de pedagogia, com ênfase em educação do campo. Essa proposta articula momentos de estudos ministrados na instituição de ensino – IFC e momentos de realização de trabalho orientados desenvolvidos nas comunidades de origem dos estudantes. Alteram-se, portanto, tempo/espaço de estudo: Tempo Escola – TE, e o Tempo



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Comunidade – TC.

Essa forma de organização do ensino teve origem na França no ano de 1935, com as primeiras escolas Maisons Familiaes Rurales – MFR, criadas para atender os filhos de agricultores que buscavam uma escola que incorporasse suas demandas. Almejavam a inserção nos estudos escolares e a continuidade de sua atuação no trabalho agrícola com suas famílias. Deste modo, a ideia básica era conciliar os estudos com o trabalho na propriedade rural da família (Nosella, 1977; Pessotti, 1978; Azevedo, 1999; Gimonet, 1999; Estevam, 2003; Magalhães, 2004).

No Brasil experiências orientadas pela Pedagogia da Alternância foram implementadas a partir dos anos de 1969, primeiramente, no Estado do Espírito Santo e rapidamente espalharam-se por outros estados do país. As experiências mais conhecidas são as desenvolvidas pelas Escolas Família Agrícolas – EFAs, e pelas Casas Familiares Rurais - CFRs – CEFFAS, tendo como principal articuladora e coordenadora na região sul do Brasil a Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul – ARCAFAR-SUL.

A Pedagogia da Alternância na formação de educadores do campo surgiram diante da demanda dos Movimentos Sociais do Campo, que desde suas práticas educativas formais e não formais pautaram políticas educacionais específicas. Os primeiros cursos ofertados aconteceram em parceria entre as Instituições de Ensino Superior – IES e o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA.

Nos cursos ofertados aos trabalhadores do campo, a alternância, na maioria das vezes, é a única possibilidade de ingresso ao curso superior, principalmente, aos professores que já atuavam em escolas do campo sem possuir qualificação, jovens ou adultos que trabalham no campo e pretendem dar continuidade aos seus estudos sem sair de sua comunidade.

A alternância como princípio metodológico, segundo Begnami (2003), possibilita um processo contínuo de aprendizagem e formação na descontinuidade de atividades e na sucessão integrada de espaços e tempos. Neste sentido, a alternância agrega necessariamente o movimento do sujeito no mundo, nos diferentes contextos em que esteja inserido, onde os processos de ir e vir estão baseados em princípios



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

fundamentais, tais como: a produção da vida (em casa, no trabalho, na rua, nos movimentos sociais, na luta, dentre outros) é um espaço educativo tal qual o da escola. Desta forma, propicia a integração entre o trabalho e a formação. Nesta perspectiva analítica e prática, na alternância, a realização das atividades é entendida, não como complementar, mas de interação permanente entre as atividades formativas e o trabalho do estudante no processo educativo, onde os sujeitos e os sistemas se constituem num movimento dinâmico de formação e não uma mera transmissão de conhecimentos.

O movimento político-pedagógico da alternância TE e TC, propicia a articulação entre os princípios filosóficos, pedagógicos e metodológicos que se materializam mediante a compreensão dinâmica e complexa da realidade e o trabalho que compreende a formação humana não dissociada das relações de produção e sua influência nos processos formativos e educativos.

**Tempo Escola – TE:** É o tempo de estudo concentrado, no qual as disciplinas são ministradas pelos professores do curso, espaços de realização de seminários e auto-organização dos estudantes. Vislumbra a articulação entre teoria e prática – práxis mediante o estudo sistemático de conteúdos das diferentes áreas de conhecimento ofertadas no curso. A apropriação do conhecimento permite compreender a sociedade em sua totalidade dinâmica e contraditória para uma atuação consciente.

**Tempo Comunidade – TC:** É o tempo de estudos realizados na comunidade de origem dos estudantes e de sistematização das questões da realidade. Vislumbra a articulação entre teoria e prática – práxis mediante o estudo orientado, sistematização e análise de questões da realidade. Sendo este tempo de estudo, pesquisa e extensão, cumpre duas tarefas fundamentais: estimular e desenvolver as habilidades intelectuais dos estudantes, de modo que possam participar individual e coletivamente da produção ativa e autônoma de conhecimento sobre a sua realidade, estabelecendo formas de diálogo entre conhecimentos técnico-científicos e saberes populares e comunitários; e formar sujeitos que contribuam com o desenvolvimento de sua comunidade, ampliando e aperfeiçoando o seu envolvimento com os projetos locais em sintonia com os valores e práticas culturais, organizativas, políticas e pedagógicas de suas comunidades.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

## 8.2. Práticas como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular - PCC acontecerá no TC e articulam-se as disciplinas metodológicas e ou pedagógicas potencializando a formação docente e articulando a dimensão do ensino, pesquisa e extensão. No curso proporcionará um conjunto de atividades formativas proporcionando experiências de construção de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência e da intervenção em processos formativos em comunidades camponesas. Articular-se-á também, aos processos de inserção na escola e de inserção na comunidade a fim de qualificar a formação do pedagogo para a atuação em espaços escolares e não escolares. A carga horária total do PCC é de 405 (quatrocentas e cinco) horas, distribuídas ao longo dos semestres.

## 8.3. Atividades processos articuladores entre o TE e TC, que se desenvolvem no TE

**Seminário integrador:** É uma disciplina do curso que visa avaliar, socializar, projetar e acompanhar as atividades desenvolvidas durante o TC, desencadeando um processo de articulação entre teoria e prática. Contempla ainda, as orientações do PCC do curso. Ressalta-se a importância da participação dos docentes do curso nos momentos de socialização do que foi realizado no TC, assim como, nos momentos de avaliação e planejamentos das orientações futuras.

**Tempos Educativos:** São tempo/espaço destinados a organização do trabalho no curso, que serão planejados de acordo com as necessidades das etapas. Como por exemplo:

- *Tempo Formação:* tempo diário da turma destinado à motivação das atividades do dia, conferência das presenças, informes e cultivo da forma de organização dos estudantes.

- *Tempo Aula:* tempo diário destinado ao estudo dos componentes curriculares previstos no projeto do curso, conforme cronograma das aulas e incluindo momento de intervalo a combinar. Serão 8h diárias.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

- *Tempo Leitura/Estudo*: tempo destinado à leitura individual e ou ao estudo em grupos conforme programação da etapa e ou da turma. Serão destinadas 2h, pelo menos, duas vezes na semana.

- *Tempo Seminário*: tempo destinado ao aprofundamento e ao debate de temas específicos, conforme programação da etapa.

- *Tempo Organização*: tempo destinado ao processo organizativo da turma. Serão 2h uma vez por semana, ou quando necessário.

- *Tempo Trabalho*: tempo destinado à execução de tarefas ou serviços necessários ao funcionamento do curso. Quantidade de tempo necessário à realização das tarefas.

Durante as etapas os estudantes podem sugerir outros tempos ou inclusive, submeter ao colegiado a adequação de alguns destes, desde que atendam as especificidades de cada momento de formação do curso.

#### 8.4. Atividades processos articuladores entre o TE e TC que se desenvolvem no TC

**Inserção na escola:** é uma atividade processo que pretende fortalecer o vínculo do estudante com a escola de sua comunidade e objetiva aprimorar sua compreensão sobre a instituição escolar em sua historicidade e complexidade. Esta dimensão formativa orienta a inserção do estudante em espaços de gestão, formação e ensino na escola e inicia já no primeiro ano de curso e deve adquirir intencionalidades que atenda as demandas da turma para cada tempo comunidade. As ações orientadas pretendem inserir o estudante no universo Político Pedagógico da escola, mas não substitui o Estágio Supervisionado previsto no curso, apenas auxilia e potencializa a capacidade de análise dessas práticas uma vez que o estudante já estará familiarizado com a instituição escolar.

**Inserção na comunidade:** é uma atividade processo e visa inserir os estudantes em contextos educativos não formais na sua comunidade e a cada TE precisa ser reorientado.

**Estudo:** o estudo contempla as atividades de leitura, sínteses e pesquisa orientada pelas disciplinas do curso, com carga horária específica para tal.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Esses momentos de inserção na escola, na comunidade e no estudo, serão direcionados, principalmente, pela disciplina do Seminário Integrador que, dialogará com as demais disciplinas visando assim, melhor orientar o TC.

#### *8.4.1. Instrumentos de acompanhamento do TC*

a) **Relatório do Tempo Comunidade:** a ser desenvolvido pelo estudante no decorrer do seu TC. É descritivo e deve conter elementos do planejamento realizado para orientar o desenvolvimento das atividades dos educandos, a participação nas atividades de inserção na comunidade e na escola, enfim, deve contemplar os limites/avanços e desafios da incidência nas três dimensões formativas descritas acima.

b) **Plano de Atividade:** a ser desenvolvido pelo estudante e em diálogo com o acompanhamento local e socializado com o coletivo o qual o educando se vincula. É uma prática de planejamento pessoal.

#### *8.4.2. Formas de acompanhamento do Tempo Comunidade*

**Acompanhamento local:** realizado por um representante da comunidade ou da escola de origem do estudante, que estabelecerá, quando necessário, contato direto com os professores do curso.

**Acompanhamento institucional:** realizado pelos professores do curso de forma presencial (visitas planejadas quando necessário) e semipresencial (mediante orientação de atividades, contato com o acompanhamento local).

Esses instrumentos de orientação do TC contribuem para a análise do processo de formação individual e coletiva do curso e também para a inserção orientada nos processos organizativos da comunidade, da escola e da produção.

## **9. REGIME DE FUNCIONAMENTO**

O curso acontece em regime integral e está estruturado em regime semestral (8 semestres) distribuídos em quatro anos, os quais dividem-se em etapas, (16 etapas, duas por semestre). As etapas serão de aproximadamente 30 dias e serão dispostas em dois



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

tempos distintos, que se permeiam em todos os momentos. São eles: Tempo escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Estes tempos referem-se tanto aos trabalhos individuais, como também as atividades realizadas em grupos com o acompanhamento pedagógico docente.

## **10. CAMPO DE ATUAÇÃO**

A área de atuação profissional é a docência nas instituições de ensino e pesquisa, na educação básica e no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógica em geral.

O trabalho pedagógico está presente nas várias modalidades da educação possibilitando diversas oportunidades de atuação para o pedagogo. Logo, as atividades do profissional Licenciado em Pedagogia abrangem docência, gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não escolares, assim como a produção e disseminação de conhecimentos da área da educação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (CNE/2006), o campo de atuação constitui-se das seguintes áreas:

- *Docência* na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de *serviços e apoio* escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
- *Gestão educacional*, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- *Produção e difusão* do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

## **11. FORMAS DE ACESSO AO CURSO**

Os requisitos básicos para acesso ao Curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo – Licenciatura, são:

- Diploma de Ensino Médio ou equivalente, emitido por Instituição reconhecida pelo MEC.
- Participar do processo de seleção, de acordo com as normas definidas pela instituição em Edital próprio;
- ou Classificação obtida no ENEM;
- ou Transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo;
- ou Transferência ex-officio, na forma da lei.

### 11.1. Formas de Ingresso

O ingresso se fará por:

- SISU/ENEM;
- e/ou Processo Seletivo especial com edital próprio.

As formas de acesso para o Curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo respeitarão as ações afirmativas, de acordo com as leis vigentes, deliberadas pelo Colegiado de Dirigentes do IFC.

### 11.2. Condições de oferta

O Curso Superior de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo será ofertado na modalidade presencial pelo IFC – Abelardo Luz. Serão ofertadas 40 (quarenta) vagas anuais, cujas aulas serão ministradas no período regular, diurno/noturno. Os estágios ocorrerão no período condizente com os níveis de ensino da educação básica (educação infantil e séries iniciais) e organizações não escolares.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

## **12. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

A organização curricular do curso tem como base o artigo 6º da Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006 – que orienta a constituição da matriz a partir de três núcleos de estudos: um núcleo de estudos básicos, um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e um núcleo de estudos integradores.

*O núcleo de estudos básicos* articula a aplicação de princípios, concepções e critérios das diferentes áreas de conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia; a aplicação de princípios da gestão democrática, observação, análise, planejamento, implementação e avaliação dos processos educativos em espaços escolares e não escolares; aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos dos processos de desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, nas diferentes dimensões; utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, nas situações de aprendizagem; estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas; estudo das relações entre educação e trabalho; atenção referente à questão da ética, estética e à ludicidade, articulando o saber aluno à pesquisa, à extensão e à prática educativa; o estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional.

Este núcleo de estudos busca articular essa e outras questões por meio do estudo acurado da literatura pertinente e realidades educacionais, bem como por meio de reflexões e ações críticas, não perdendo de vista a diversidade e multiculturalidade da sociedade brasileira.

*O núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos* é voltado às áreas de atuação profissional priorizada pelo projeto pedagógico das instituições, o qual propiciará, entre outras possibilidades, a investigação sobre processos educativos e gestoriais em diferentes contextos; avaliação, criação e utilização de textos e materiais didáticos, processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural e o estudo, análise e avaliação das teorias da educação, a fim de propiciar a elaboração de propostas educacionais consistentes e inovadoras.

*O núcleo de estudos integradores* proporcionará o enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

iniciação científica, monitorias e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente do curso; atividades práticas, possibilitando vivências nas diversas áreas do campo educacional e atividades de comunicação e expressão cultural.

### 12.1. Matriz Curricular

#### **Matriz Curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, com ênfase em educação do campo, para os ingressantes em 2017:**

<b>PRIMEIRO SEMESTRE</b>						
<b>Eixo articulador: Educação e luta de classes (1º ao 4º semestre)</b>						
<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga horária (h)</b>				<b>Créditos</b>
		<b>Tempo Escola</b>	<b>Tempo Comunidade</b>	<b>PC C</b>	<b>Total</b>	
LPA 1511	Seminário Integrador I	45	-	-	<b>45</b>	03
LPA1512 LPA1519 - PCC	Pesquisa e Processos Educativos I	30	-	60	<b>90</b>	06
LPA1513	Antropologia	45	15	-	<b>60</b>	04
LPA1514	Filosofia da Educação	60	-	-	<b>60</b>	04
LAP1515	Pedagogia e Profissão Docente	45	15	-	<b>60</b>	04
LPA1516	Leitura e Produção Textual	30	-	-	<b>30</b>	02
LPA1517	Sociologia da Educação	45	15	-	<b>60</b>	04
LPA1518	Educação do Campo I: Formação Social do Brasil	30	-	-	<b>30</b>	02
	<b>Carga Horária Total do Semestre</b>	<b>330</b>	<b>TC 105</b>		<b>435</b>	<b>29</b>
<b>SEGUNDO SEMESTRE</b>						
<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga horária (h)</b>				<b>Créditos</b>
		<b>Tempo Escola</b>	<b>Tempo Comunidade</b>	<b>PC C</b>	<b>Total</b>	



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

LPA 1521	Seminário Integrador II	45	-	-	<b>45</b>	03
LPA1522 LAP 1527 - PCC	Pesquisa e Processos Educativos II	30	-	60	<b>90</b>	06
LPA1523	História da Educação	45	15	-	<b>60</b>	04
LPA1524	Psicologia da Educação	45	15	-	<b>60</b>	04
LPA1525	Corpo e Movimento	60	-	-	<b>60</b>	04
LPA1526	Educação do Campo II: Questão Agrária	30	-	-	<b>30</b>	02
	<b>Carga Horária Total do Semestre</b>	<b>255</b>	<b>TC 90</b>		<b>345</b>	<b>23</b>
<b>TERCEIRO SEMESTRE</b>						
Código	Componente Curricular	Carga horária (h)				Créditos
		Tempo Escola	Tempo Comunidade	PC C	Total	
LPA1531	Seminário Integrador III	30	-	-	<b>30</b>	02
LPA1532 LPA1537 - PCC	Pesquisa e Processos Educativos III	30	-	60	<b>90</b>	06
LPA1533	Teorias Educacionais e Curriculares	45	15	-	<b>60</b>	04
LPA1534	Infância e Educação Infantil	45	15	-	<b>60</b>	04
LPA1535 LPA1539 - PCC	Alfabetização e Letramento I	45	-	15	<b>60</b>	04
LPA1536	Educação, Sociedade e Trabalho	60	-	-	<b>60</b>	04
LPA1537	Educação do Campo III: História da Educação do Campo e Movimentos Sociais	30	-	-	<b>30</b>	02
	<b>Carga Horária Total do Semestre</b>	<b>285</b>	<b>TC 105</b>		<b>390</b>	<b>26</b>



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

<b>QUARTO SEMESTRE</b>						
<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga horária (h)</b>				<b>Créditos</b>
		<b>Tempo Escola</b>	<b>Tempo Comunidade</b>	<b>PC C</b>	<b>Total</b>	
LPA1541	Seminário Integrador IV	30	-	-	<b>30</b>	02
LPA1542 LPA1548 - PCC	Pesquisa e Processos Educativos IV	30	-	60	<b>90</b>	06
LPA1543 LPA1549 - PCC	Fundamentos Metodológicos da Língua Portuguesa	60	-	30	<b>90</b>	06
LPA1544	Alfabetização e Letramento II	60	-	-	<b>60</b>	06
LPA1545 LPA1550 - PCC	Metodologia e Literatura da Educação Infantil	60	-	15	<b>75</b>	05
LPA1546	Didática I	60	-	-	<b>60</b>	04
LPA1547	Políticas Públicas da Educação	60	-	-	<b>60</b>	04
	<b>Carga Horária Total do Semestre</b>	<b>360</b>	<b>TC 105</b>		<b>465</b>	<b>33</b>
<b>QUINTO SEMESTRE</b>						
<b>Eixo articulado: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais (5º ao 8º Semestre)</b>						
<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga horária (h)</b>				<b>Créditos</b>
		<b>Tempo Escola</b>	<b>Tempo Comunidade</b>	<b>PC C</b>	<b>Total</b>	
LPA1551	Seminário Integrador V	30	-	-	<b>30</b>	02
LPA1552	Pesquisa e Processos Educativos V	30	-	-	<b>30</b>	02
LPA1553	Linguística	30	-	-	<b>30</b>	02
LPA1554 LPA1559 - PCC	Fundamentos Metodológicos da Matemática	45	-	15	<b>60</b>	04
LPA1555	Didática II	60	-	-	<b>60</b>	04
LPA1556	Estágio Supervisionado I: Educação Infantil	30	90	-	<b>120</b>	08
LPA1557	Tecnologias Digitais da	30	-	-	<b>30</b>	02



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

	Informação e Comunicação					
LPA1558	Educação do Campo V: Políticas Públicas da Educação do Campo	30	-	-	30	02
	<b>Carga Horária Total do Semestre</b>	<b>285</b>	<b>TC 105</b>		<b>390</b>	<b>26</b>
<b>SEXTO SEMESTRE</b>						
<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga horária (h)</b>				<b>Créditos</b>
		<b>Tempo Escola</b>	<b>Tempo Comunidade</b>	<b>PCC</b>	<b>Total</b>	
LPA1561	Seminário Integrador VI	45	-	-	45	03
LPA1562	Pesquisa e Processos Educativos VI	30	-	-	30	02
LPA1563 LPA1569 - PCC	Fundamentos Metodológicos da Ciências Sociais	60	-	30	90	06
LPA1564	Libras	60	-	-	60	04
LPA1565	Educação Inclusiva	45	15	-	60	04
LPA1566	Gestão Educacional	60	-	-	60	04
LPA1567	Estágio Supervisionado II: Gestão Escolar	30	60	-	90	06
LPA1568	Educação do Campo V: Educação e Agroecologia	30	-	-	30	02
	<b>Carga Horária Total do Semestre</b>	<b>360</b>	<b>TC 105</b>		<b>465</b>	<b>31</b>
<b>SÉTIMO SEMESTRE</b>						
<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga horária (h)</b>				<b>Créditos</b>
		<b>Tempo Escola</b>	<b>Tempo Comunidade</b>	<b>PCC</b>	<b>Total</b>	
LPA1572	Seminário Integrador VII	30	-	-	30	02
LPA1571	Pesquisa e	30	15	-	45	03



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

	Processos Educativos VII					
LPA1573	Gestão em Espaços Não Escolares	30	-	-	<b>30</b>	02
LPA1574 LPA1578 - PCC	Fundamentos Metodológicos em Artes	60	30	-	<b>90</b>	06
LPA1575	Estatística	60	-	-	<b>60</b>	04
LPA1576	Educação de Jovens e Adultos	60	-	-	<b>60</b>	04
LPA1577	Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	90	-	<b>120</b>	08
	<b>Carga Horária Total do Semestre</b>	<b>300</b>	<b>TC 135</b>		<b>435</b>	<b>27</b>

**OITAVO SEMESTRE**

Código	Componente Curricular	Carga horária (h)				Créditos
		Tempo Escola	Tempo Comunidade	PCC	Total	
LPA1581	Seminário Integrador VIII	30	-	-	<b>30</b>	02
LPA1582 LPA1586 - PCC	Pesquisa e Processos Educativos VIII	45	-	15	<b>60</b>	04
LPA1583 LPA1587 - PCC	Fundamentos Metodológicos das Ciências Naturais	45	-	15	<b>60</b>	04
LPA1584	Ética e Bioética	45	-	-	<b>45</b>	03
LPA1585	Estágio Supervisionado IV: Gestão Educacional em Espaços Comunitários do Campo	30	45	-	<b>75</b>	07
	<b>Carga Horária Total do Semestre</b>	<b>195</b>	<b>TC 75</b>		<b>270</b>	<b>18</b>



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

<b>Componente curricular</b>	<b>Carga horária (h)</b>
Atividades complementares	<b>200</b>
PPC	<b>405</b>
Carga horária de TE	<b>2.370</b>
<b>Estágio Supervisionado*</b>	<b>405</b>
Carga horária de TC	<b>420</b>
<b>Carga horária total do curso</b>	<b>3395</b>

**\*O Estágio Supervisionada estará dividido em Tempo Escola e Tempo Comunidade conforme carga horária prevista nesta matriz.**

### **13. PROCEDIMENTOS, CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO**

#### 13.1. Sistema de Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

Definir caminhos para a avaliação é reafirmar os caminhos, princípios definidos para a ação pedagógica. É preciso entender a avaliação como parte do processo e como processo e não como um momento final do processo. Se assim compreendermos a avaliação, a ênfase recairá sobre o processo educativo e não sobre os resultados (WACHOVICZ, 2006; HOFFMAN, 1993).

A avaliação pode ser diagnóstica, formativa, deve ser contínua e cumulativa, cumprindo várias funções: conhecer estudantes, identificar as dificuldades de aprendizagem, determinar se os objetivos propostos foram ou não atingidos, aperfeiçoar o processo educativo, promover os alunos. Os objetivos indicados explicitam vários aspectos da avaliação: individual do educando e do educador e institucionais, ou seja, o processo de avaliação serve para realimentar o processo no sentido de realizar novas mediações, reorganizando os tempos, espaços e relações, inclusive institucionais.

Outro aspecto é a relação da avaliação com os objetivos (FREITAS, 2003 e 2010). Quando construímos o Projeto Pedagógico do Curso, definimos o projeto que defenderemos e os objetivos que pretendemos alcançar e a avaliação deve ser organizada no sentido de perceber se esses objetivos foram alcançados e, se não, o que deve ser feito para retomá-los.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Os principais instrumentos/técnicas de avaliação que serão utilizados são a observação, a aplicação de provas, a auto-avaliação, pesquisas, organização de portfólios, a apresentação de trabalhos, de seminários, a produção de relatórios, a participação nos tempos educativos, dentre outros, exigindo-se desde a memorização reflexiva até a síntese analítica, enfatizando-se o uso da língua padrão.

A avaliação será entendida a partir da consideração de que os processos de desenvolvimento e aprendizagem são permanentes, portanto sempre inacabados. Assim, a avaliação deve ser um instrumento que contribua para potencializá-los.

**A partir disso, consideramos importante, ainda:**

- a) compreender o caminho que o estudante está fazendo para se apropriar do conhecimento – essa compreensão possibilitaria realizar mediações mais significativas;
- b) considerar o estudante seu próprio parâmetro, ou seja, que se valorizasse o seu processo e não o colocasse em posição de competição com o outro;
- c) não apenas constatar erros, mas rever processos;
- d) valorizar conteúdos significativos e não detalhes;
- e) elevar o nível de exigência, superando a mera memorização mecânica e buscando a análise, a síntese, a aplicação dos conteúdos.

A partir dessas orientações gerais as disciplinas ministradas no curso deverão estabelecer critérios e instrumentos avaliativos específicos que possibilitem compreender a relação entre objetivos, conteúdos e metodologia desenvolvidos no processo de ensino e aprendizagem, descritos nos seus planos de ensino.

### 13.2. Sobre a Aprovação do Estudante

Da aprovação do estudante considerar-se-á aprovado em cada disciplina, o estudante que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

semestral (MS) igual ou superior a 6,0 (seis inteiros), sem direito a exame final. A média semestral deve ser gerada obrigatoriamente a partir de no mínimo 2 avaliações, conforme Art. 61 da Resolução 057/2012/CONSUPER.

Poderão ser validados aproveitamento de estudos realizados pelos alunos em outra instituição de ensino superior, desde que os conteúdos estudados contemplem ao menos 75% do conteúdo da disciplina, frequência do aluno seja no mínimo de 75% e seja em nível igual ou superior ao exigido no presente curso. Os critérios para aproveitamento de estudos irão seguir o que está definido na Organização Didática dos Cursos Superiores do IFC, conforme Art. 53 da Resolução 057/2012. O Colegiado de Curso resolverá qualquer questão não regulamentada.

### 13.3. Do Sistema de Avaliação de Curso

A avaliação interna ocorre semestralmente por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que atua com autonomia em relação aos conselhos e órgãos colegiados na instituição. Segundo Regimento Geral do IFC/2015 esta comissão objetiva planejamento, coordenação e articulação do processo interno de avaliação, além de disponibilizar os dados referentes ao processo avaliativo. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) acompanhará o processo nos seguintes pontos:

- a) Atividades de Ensino;
- b) Organização Didático-Pedagógica;
- c) Projeto Pedagógico do Curso;
- d) Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica;
- e) Atividades de Extensão;
- f) Biblioteca;
- g) Instalações;
- h) Autoavaliação discente e docente.

A Resolução n. 69 do Conselho Superior de 30/10/2014 dispõe sobre as diretrizes para criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) dos campi do Instituto Federal Catarinense. Tanto a avaliação interna quanto a externa foram instituídas pelo Sistema



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Este divide-se em modalidades principais das quais duas se destacam:

a) Avaliação dos Cursos de Graduação, que pode ser por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas;

b) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE), aplicado aos estudantes em final de curso.

O NDE do curso fará a análise dos dados obtidos pelo instrumento da CPA, fazendo atualizações e ajustes necessários para o alcance dos objetivos propostos nos diferentes pontos avaliados, propondo ações para o aprimoramento do ensino, pesquisa, extensão e da estrutura da instituição.

## **14. ATIVIDADES ACADÊMICAS**

### **14.1. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**

O Trabalho de Conclusão de Curso na Licenciatura em Pedagogia será obrigatório para todos os estudantes e será realizado levando em consideração os subsídios recebidos por ocasião da disciplina de Pesquisa e Processos Educativos (1º ao 8º semestres), e deverá ser apresentado sob a forma de um Trabalho Acadêmico individual que apresente, de forma crítica, uma análise dos processos realizados ao longo da disciplina/do processo, bem como poderá propor novas metodologias para o exercício da profissão em seus diferentes campos de atuação.

Tem como objetivo desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do aluno e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política. Será desenvolvido no decorrer do curso resultando em produção final a elaboração de trabalho monográfico e ou artigo científico.

### **14.2. Sistemas de Avaliação do TCC**

O desenvolvimento do trabalho acadêmico será acompanhado e orientado por professores da instituição. A socialização desses conhecimentos será feita na forma de



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

apresentação a uma banca examinadora, em seminário. Será considerado aprovado o estudante que apresentar o TC de acordo com os padrões definidos pela instituição, e for aprovado pela banca examinadora, além do cumprimento de todos os requisitos mínimos exigidos.

As diretrizes para o desenvolvimento das atividades do TCC serão definidas pelo Colegiado do Curso e pelo NDE, e normalizadas através de regulamento próprio.

#### 14.3. Estágio Curricular

O curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo tem por objetivo principal, a vivência do aluno na prática docente. O Estágio Curricular Obrigatório do curso constituirá, portanto, um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da educação básica e gestão pedagógica em espaços institucionais e se completa com a realização do estágio.

O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo terá carga horária de no mínimo 405 horas (conforme prevê a Resolução CNE/CP Nº 2 de Julho de 2015) e será obrigatório como parte integrante do currículo do curso. Será realizado a partir do quinto semestre e visa assegurar a vivência do exercício profissional do aluno com situações, contextos e instituições de ensino – formal e não formal, permitindo a experiência formativa em que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes problematizadas ao longo da formação possam ganhar sentido na prática social/profissional.

O estágio obedecerá ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, na Lei No. 11.788, de 25 de setembro de 2008, na Resolução CNE/CP n. 1 de 15 de maio de 2006, no Regimento Geral de Estágios do Instituto Federal Catarinense e no Regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo.

O estágio supervisionado é instância privilegiada que permite a articulação entre os estudos teórico-práticos – práxis, e tem como propósito a inserção do futuro egresso do curso de Pedagogia com ênfase em educação do campo no mundo do trabalho. Neste



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

sentido, se apresentam como finalidades básicas, as seguintes proposições:

- a) Complementar e ampliar o processo ensino-aprendizagem a partir da inserção na e com a realidade das escolas e demais instituições campos de estágio;
- b) Inserir o futuro educador à realidade educacional brasileira;
- c) Avaliar a prática pedagógica como educador em construção e;
- d) Possibilitar a compreensão da relação teoria e prática.

#### 14.4. Operacionalização do Estágio Curricular

O estágio supervisionado da Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo será realizado em 03 (três) etapas:

**1ª. Etapa:** Estágio Supervisionado I: Educação Infantil (5º) - 120h

Nesta etapa o estudante solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente em centros de educação infantil e turmas da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

**2ª. Etapa:** Estágio Supervisionado II: Gestão escolar (6º) – 90h

Nesta etapa o estudante solidifica conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da observação e intervenção acerca da organização do trabalho pedagógico realizado na escola, em especial, em escolas do campo.

**3ª Etapa:** Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental - (7º) – 120h

Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, relacionada aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica dessa fase de ensino, em particular, nas escolas do campo.

**4ª Etapa:** Estágio Supervisionado IV: Gestão Educacional em espaços comunitários do campo (8º) – 75 h

Nesta etapa o estudante solidifica conhecimentos teóricos adquiridos ao longo



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da observação e intervenção na organização do trabalho pedagógico e a formação em comunidades camponesas e em instituições não escolares.

#### 14.5. Orientação de Estágio Curricular

O estágio, como componente curricular, que articula e complementa o processo ensino-aprendizagem, compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao aluno pela participação em situações reais de vida e trabalho, de seu meio, e realiza a vinculação necessária com o conjunto integrado e indissociável da base (cultural, educacional, instrucional) do curso, consubstanciada pela matriz curricular.

Todas as atividades de orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação e coordenação atinentes ao Estágio Supervisionado, serão designadas por Regulamento específico a ser elaborado em conjunto pelo NDE e anexado ao presente projeto posteriormente, em consonância com os documentos específicos, no âmbito do IFC e da legislação nacional.

#### 14.6. Sistema de Avaliação do Estágio Curricular

A regulamentação do estágio supervisionado será organizado e aprovado pelo Colegiado de Curso e pelo NDE, contendo as diferentes modalidades de operacionalização, formas de apresentação e avaliação de relatórios parcial e final, com acompanhamento individualizado.

Todas as etapas serão realizadas a partir da elaboração de um planejamento de intervenção referente a cada modalidade para a prática da docência. Ao final de cada estágio será elaborado um relatório, sendo o processo apresentado em Seminário de Socialização. O estudante deverá concluir o estágio no prazo máximo de conclusão do curso (integralização curricular).

### **15. PESQUISA E EXTENSÃO**

De acordo Martins (s/d) a articulação entre ensino-pesquisa-extensão pode se



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

constituir num princípio metodológico para a construção do conhecimento na universidade. Para tal, a autora aponta para a necessidade de organicidade no processo de trabalho, que pressupõe a formação superior como síntese desses três grandes processos, que podem ser assim compreendidos: “(...) processos de transmissão e apropriação do saber, historicamente sistematizado, a pressupor o ensino; os processos de construção do saber, a pressupor a pesquisa e os processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, a pressupor a intervenção sobre a realidade, e que por sua vez, retornam numa dinâmica de retroalimentação do ensino e da pesquisa” (MARTINS, s/d, p. 5). A compreensão dessa dinâmica contribuirá para a articulação dos processos de Ensino, Extensão e Pesquisa no âmbito do curso.

As atividades de extensão ocorrerão em caráter de intervenção social gerando a integração e a colaboração entre a comunidade universitária e a sociedade. Atendendo as demandas em distintos contextos sociais, objetivando consolidar as intenções de compromisso social da instituição ordenado pelo componente ético.

#### 15.1. Linhas de Pesquisa

As linhas de pesquisa seguirão a política institucional em conformidade aos princípios e às peculiaridades do PDI e PPI do IFC e do Campus. Estas, por sua vez, serão determinadas de acordo com a especificidade do curso de Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.

Neste sentido, orienta-se que as linhas de pesquisa sigam a orientação dos eixos articuladores das disciplinas de cada semestre do curso ou seja:

- Experiências educativas em escolas do campo e a luta dos Movimentos Sociais por educação. Esta linha de pesquisas será de estudo, de análise ou de relato das experiências educativas que vem sendo desenvolvidas nas escolas no campo. Poderão ser tema/foco de pesquisa: Processos de Ensino-aprendizagem; auto-organização dos



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

educandos; Planejamento escolar; tempos educativos; interdisciplinariedade; Alternância, dentre outros.

- Gestão escolar e não escolares: esta linha abordará estudo dos processos de gestão escolares e não escolares que vem sendo desenvolvido no campo. Poderão ser tema/foco de pesquisa: A participação da comunidade na escola; Análise e/ou construção de PPPs, bem como, as políticas e programas que gerem a educação; Os processos educativos que acontecem nas comunidades camponesas, dentre outros.

- Estado, Políticas Públicas de educação e luta de classes. Nesta linha de pesquisa os trabalhos deverão estar na direção do estudo sobre a constituição das políticas públicas de educação e das políticas (Programas, leis, decretos, pareceres) da educação do campo e sua relação com o Estado.

- História e concepção da educação e da educação do campo. Esta linha dedicará a estudar questões relacionados à história da educação brasileira e da educação do campo. poderá desenvolver estudos sobre a Educação rural e a Educação do Campo, luta por escola no campo, concepção de educação do campo e fechamento de escola no campo.

- Educação e Agroecologia. Esta linha de pesquisa poderá dedicar a estudar sobre: vínculo do trabalho, agroecologia e educação; A produção de materiais didáticos para o trabalho com a agroecologia nas escolas do campo; estudo sobre a Agroecologia como uma ciência articulado a um modo de vida; Agroecologia X Agronegócio; A presença do Agronegócio na agricultura camponesa e familiar e nas escolas do campo.

O curso tem ainda como princípio o ensino com pesquisa, numa extensão da pesquisa como princípio educativo, essa expectativa pretende ser materializada por meio da disciplina do Núcleo de Estudos Integradores – Pesquisa e Processos Educativos – a qual tem por desígnio introduzir o aluno na prática social/campo de atuação profissional (desde o início da formação) tendo a pesquisa como forma de assimilação da realidade e como ferramenta de proposição de intervenção com a prática social.

## 15.2. Ações de Extensão

A extensão nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal Catarinense - IFC



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

deve estar articulada ao ensino e à pesquisa e é compreendida como um processo eminentemente educativo, cultural, técnico-científico e pedagógico. A mesma deverá ser desenvolvida por meio de programas, projetos e ações em consonância com o PDI do IFC e dos campi.

O curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em educação do campo, desenvolverá a extensão por meio de:

a) Programas - Ações continuadas/permanentes em estreita relação com o ensino e a pesquisa, no intuito de estabelecer vínculos e compromissos com os processos educativos regional;

b) Projetos – Ações desencadeadas dos programas (formação continuada, assessoria pedagógica e técnica).

c) Ações - Ações eventuais de curta duração articuladas aos programas ou projetos (palestras, seminários, congressos, semanas acadêmicas, oficinas e demais eventos desta natureza).

Os princípios orientadores das ações de extensão são:

a) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

b) A inserção social/regional com vistas a educação de qualidade social;

c) Como processo de diálogo e interação entre instituição formadora e sociedade.

Os programas, projetos e ações do curso de Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo, serão propostos e normatizados pelo Colegiado de Curso e do NDE, tendo como preocupação a relevância social, regional, cultural, pedagógica, metodológica e epistemológica.

## **16. ATIVIDADES DO CURSO**

### **16.1. Atividades Curriculares Complementares**

As atividades curriculares complementares visam flexibilizar o currículo do curso, aproximar o estudante da realidade social e profissional e propiciar-lhe aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre a instituição



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

de ensino e a sociedade, por meio da participação do estudante em atividades que visem a formação profissional e para a cidadania.

Essas atividades dar-se-ão em áreas específicas de interesse dos estudantes desenvolvidas ao longo do curso, em atividades de representação estudantil, de ensino, pesquisa e extensão, que poderão ser realizadas em eventos internos ao curso ou externos. Internamente o curso, através do seu colegiado, promoverá atividades como semanas acadêmicas, simpósios cursos, mini-cursos, palestra etc. com temas de acordo com as necessidades dos estudantes.

Estes poderão desenvolver também estágios não obrigatórios, monitorias, participar como bolsista de atividades de pesquisa etc. Poderão ser validadas ainda atividades desenvolvidas em outras instituições, como cursos de aperfeiçoamento ministrados pelas redes de ensino, experiência profissional na área da educação, dentre outras.

Os estudantes deverão totalizar 200 horas de Atividades Curriculares Complementares, que estão regulamentadas pela Resolução nº 43/Conselho Superior, de 02/07/2013 e Resolução Nº 053/ Conselho Superior, de 14/08/2014.

## 16.2. Atividades de Monitoria

As monitorias em disciplinas e ou projetos pertencentes ao currículo do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia são consideradas atividades teórico-práticas de aprofundamento, para fins de integralização da carga horária do currículo do Curso. As atividades de monitorias serão regulamentadas pela resolução 066/2016 do IFC.

## **17. DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

### 17.1. Docentes e técnicos administrativos

O quadro de servidores do IFC – Campus Avançado Abelardo Luz, é composto atualmente pelas seguintes pessoas:



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

Nome	SIAPE	RT	Formação Acadêmica	Maior Titulação	Função	E-Mail
Abdoral de Andrade Lucas	1478639	40h/DE	Graduação em Engenharia Agrônômica	Doutor em Geociências	Professor	abdoral.lucas@ifc.edu.br
Ana Nelcinda Garcia Vieira	3143360	40h/DE	Licenciatura em Letra Espanhol	Doutora em Letras/ Estudos Linguísticos	Professora	ana.vieira@ifc.edu.br
André Ribeiro da Silva	2334853	40h/DE	Licenciatura em Matemática	Especialista em Metodologia de Ensino de Matemática	Professor	andre.silva@ifc.edu.br
Auro César Braga	3136055	40h/DE	Graduação em Medicina Veterinária	Doutor em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária	Professor	auro.braga@ifc.edu.br
Barbara Arruda Nogueira	3085697	40h	Bacharel em Química Industrial	Mestre Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos	Técnico em Laboratório / Área: Química	barbara.nogueira@ifc.edu.br
Camila Munarini	2390092	40h/DE	Licenciatura em Educação do Campo	Mestre em Educação Científica e Tecnológica	Professor	<a href="mailto:camila.munarini@ifc.edu.br">camila.munarini@ifc.edu.br</a>
Daiana Colombo Figueredo	1140811	40h/DE	Licenciatura em Química	Especialista em Educação Profissional e Tecnológica	Professor	daiana.figueredo@ifc.edu.br
Dalila Teles Leão Martins	2341126	40h/DE	Licenciatura em Ciências Biológicas	Doutora em Psicobiologia	Professor	dalila.leão@ifc.edu.br
Elodir Lourenço de Souza	2390538	40h/DE	Licenciatura em Pedagogia do Campo	Mestre em Educação	Professor	<a href="mailto:elodir.souza@ifc.edu.br">elodir.souza@ifc.edu.br</a>
Daiana Colombo Figueredo	1140811	40h/DE	Licenciatura em química	Mestrado	Professora	daiana.figueredo@ifc.edu.br
Manoel Sampaio Schiavi	2354049	40h/DE	Licenciado em Artes	Mestrado	Professor	monoel.schiavi@ifc.edu.br
Luciana Carlo Geroleti	3171465	40h/DE	Licenciado em História	Doutorado	Professora	luciana.geroleti@ifc.edu.br
Ítalo Kiyomi Ishikawa	2409627	40h/DE	Licenciado em Filosofia	Doutorado	Professor	italo.ishikawa@ifc.edu.br



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

Fabio Silva de Oliveira	2390037	40h/DE	Licenciatura em Pedagogia	Especialista em educação do Campo	Professor	fabio.oliveira@ifc.edu.br
José de Carvalho Araújo Júnior	3083055	40h	Licenciatura em Educação Física	Especialista em Fisiologia do Exercício	Técnico em Assuntos Educacionais	jose.araujo@ifc.edu.br
Jurema de Fatima Knopf	2390102	40h/DE	Licenciatura em Pedagogia do Campo	Mestre em Educação	Professor	jurema.knopf@ifc.edu.br
Lucas de Souza	2387448	40h	Graduação em Sistema da Informação	Graduação em Sistema da Informação	Técnico em Laboratório/Agroecologia	lucas.souza@ifc.edu.br
Marisete da Silva		40h	Graduação em Gestão Pública	Graduação em Gestão Pública	Auxiliar em Administração	marisete.silva@ifc.edu.br
Nazaré Nunes Barbosa Cesa	3006966	40h/DE	Licenciatura em Letras	Mestre em Linguística	Professor	nazare.cesa@ifc.edu.br
Sânia Decarla Barasuol	1765176	40h	Licenciatura Plena em Educação Física	Especialista em em Planejamento Educacional e Docência do Ensino Superior	Técnica em Assuntos Educacionais	sania.barasuol@ifc.edu.br

## 18. INFRAESTRUTURA

### 18.1. Descrição das instalações físicas disponíveis

O Campus Avançado Abelardo Luz conta com estruturas próprias e estruturas cedida em concessão de uso pela Prefeitura Municipal de Abelardo Luz, localizada na Escola Municipal José Maria. Estruturas disponíveis para o campus:



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

- 05 Salas de aula
- 01 auditório
- Cozinha
- Refeitório
- Alojamento/Moradia estudantil com sanitários
- 01 sala de professores,
- 01 sala de coordenações.
- 01 Biblioteca com acervo bibliográfico e computadores disponíveis aos discentes;
- 01 Laboratório didático brinquedoteca

#### 18.2. Acessibilidade

Em se tratando de acessibilidade, em cumprimento ao decreto 5.296/2004, o campus de Abelardo Luz está adequando as novas instalações, para prover e facilitar o acesso às pessoas com necessidades específicas (PNE) a todas as dependências do campus. Além disso, vale observar a implantação do Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas – NAPNE, que tem como objetivos desenvolver ações de implantação e implementação das políticas de inclusão, conforme as demandas do Campus.

#### **19. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA**

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do Instituto Federal Catarinense, que certifica a conclusão de curso de graduação e confere grau ao graduado. Sua aplicação é efetivada com aluno regular que tenha integralizado o currículo do respectivo curso.

Após a integralização das disciplinas previstas e após a aprovação do relatório de Estágio Obrigatório e Trabalho de Curso, o aluno estará apto a receber o título, com **Diploma de Licenciado em Pedagogia**, através de documento expedido pelo Instituto Federal Catarinense, conforme legislação em vigor.

A emissão de certificados e diplomas ficará a cargo da Reitoria do Instituto



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Federal Catarinense. Aos Campi, caberá o controle da vida acadêmica do aluno, a oferta de extensão, sua organização e controle.

Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o aluno concluinte poderá requerer certificado de conclusão de curso.

Pontos fundamentais:

- O diploma registrado confere ao seu titular todos os direitos e prerrogativas reservados ao exercício profissional da carreira de nível superior;
- Para solicitar emissão/registro de diploma, o aluno deverá ter sido previamente identificado pela Coordenação de Registros Escolares/Acadêmico como provável formando do período;
- A “Relação de Prováveis Formandos do Período” será afixada em mural da Coordenação de Registros Escolares e no site da Instituição;
- A Coordenação de Registros Escolares/Acadêmico fará a integralização curricular do aluno considerando os registros que constam do “Histórico Escolar” e do “Histórico do Período”, e confrontando-os com o currículo do curso e o período de acompanhamento curricular;
- O aluno que se julgar na condição de provável formando e não tiver sido identificado pela Coordenação de Registros Escolares/Acadêmico deverá procurar o Departamento de Desenvolvimento Educacional para verificação das pertinências de conclusão do curso;
- A habilitação concluída será averbada no verso do Diploma;
- O aluno DCS (Portador de Diploma de Curso Superior) que estiver concluindo nova habilitação do mesmo curso e grau anteriormente obtido deverá solicitar apenas Registro/Averbação de Habilitação;
- A emissão de 2ª via do diploma dar-se-á com ônus para o solicitante;
- A entrega do diploma será efetivada pela Direção-Geral do Campus, no período estabelecido no “Calendário Aluno”;
- Para a entrega do diploma, o aluno concluinte estará sujeito às seguintes condições: não ter débito junto à Biblioteca Central, Coordenação-Geral de Assistência ao Educando, Laboratórios e órgãos que emprestem materiais/equipamentos; não ter débito de



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

documentação junto à Coordenação de Registros; bem como ter participado da solenidade de outorga de grau;

- Os dados de Diplomação constarão do “Livro de Registro de Diplomas”, de periodicidade semestral;
- O aluno receberá o diploma junto à Coordenação de Registros Escolares/Acadêmico, no período estabelecido no calendário da Instituição, após verificação da “Ata de Outorga de Grau”.

## **REFERÊNCIAS**

AGUIAR, M. A. da S., et. al. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 819-842, out. 2006. Disponível em: . Acessado em: 28/10/2012.

ALARCÃO, I. Professor-investigador: Que sentido? Que formação? In: CAMPOS, B. P. (Ed). **Formação profissional de professores no ensino superior**. V. 1. Porto: Porto Editora, 2001.

ALVES, R; BRASILEIRO, M. C.; BRITO S. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**, Porto Alegre, n. 19, p. 139-48, jul./dez. 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 1 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Diretrizes curriculares cursos Bacharelado e Licenciatura. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008. Disponível em , acessado em 13-06-2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006**: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais em Pedagogia, Licenciatura. Brasília, 15 maio 2006.

\_\_\_\_\_. **Educação profissional e tecnológica**: legislação básica. 6 ed. Brasília:



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2005.

\_\_\_\_\_. Diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da **educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação Profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite a filosofia**. São Paulo, Ática. 1995.

DÍAZ, R. M.; NEAL, C. J.; AMAYA-WILLIAMS, M. As origens da auto-regulação.  
In:  
MOLL, L. C. **Vygotsky e a educação**: implicações pedagógicas da psicologia sóciohistórica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS. Disponível em:  
<<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: 30 jun. 2014.

IFC. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Blumenau: IFC, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI**. Blumenau: IFC, 2009b.

FREITAS, L. C. Avaliação: para além da “forma escola”. **Educação: Teoria e Prática**, v. 20, n. 35, p. 89-99, jul./dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Ciclos, seriação e avaliação**: confrontos de lógicas. São Paulo: Moderna, 2003.

HOFFMAN, J. **Avaliação mediadora**. 15 ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 45-68, maio/ago. 2002.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, M. O professor pesquisador e a relação teoria e prática. In: \_\_\_\_\_ (et al.). **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papyrus, 2001.

MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. **33ª Anped**, GT 11, 2010. Disponível em:  
<<http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2012.

MOLL, L. C. et al. **Vygotsky e a educação**: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre: Artmed, 2002.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento – um processo sóciohistórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SMOLKA, A. L. B. Esboço de uma perspectiva teórico-metodológica no estudo de processos de construção de conhecimento. In: GÓES, M. C. R.; SMOLKA, A. L. B. **A significação nos espaços educacionais**: interação social e subjetivação. Campinas: Papyrus, 1997.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: \_\_\_\_\_(Org.). **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. 3 ed. Campinas: Papyrus, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas II**: problemas de psicología general. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.

\_\_\_\_\_. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Psicologia pedagógica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WACHOWICZ, L. A. Avaliação e aprendizagem. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Lições de Didática**. Campinas: Papyrus, 2006.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

## **APÊNDICES**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

**APÊNDICE A – EMENTÁRIO**

**1º SEMESTRE**

<b>Seminário Integrador I – 45h</b>
<p><b>Ementa:</b> Estudo do PPC do curso. Levantamento e caracterização dos espaços de inserção (escola e comunidade). Planejamento e orientação para os processos de inserção e estudos sistemáticos.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b> CALDART, R. S. (Org.) <b>Caminhos para transformação da escola:</b> reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.</p> <p>MANACORDA, A. Mario. <b>Marx e a Pedagogia Moderna.</b> 2º edição. São Paulo: Editora Alínea, 2010.</p> <p>RANULFO, P. <b>Trabalho de Base.</b> São Paulo: Expressão Popular, 2012.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b></p> <p>CALDART, R. <b>Caminhos para a transformação da escola 2:</b> Agricultura Camponesa, Educação Politécnica e Escolas do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.</p> <p>FREITAS, Luiz Carlos. <b>Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática.</b> 11ª edição. São Paulo: Papirus, 2012.</p> <p>ORSO, J. Paulino, et. al (org). <b>Educação, Estado e Contradições Sociais.</b> São Paulo: Outras expressões, 2011.</p>

<b>Pesquisa e Processos Educativos I - 90h</b>
<p><b>Ementa:</b> Tipos de conhecimento. Método científico. Produção e socialização do conhecimento. Caracterização do campo de pesquisa em educação. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Inserção na pesquisa educacional em campo de atuação profissional.</p> <p><b>Bibliografia Básica:</b></p> <p>LUDKE, M.; ANDRÉ M. <b>Pesquisa em Educação.</b> 2ª ed. EPU, 2013.</p> <p>MINAYO, M. C. S. (Org.). <b>Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade.</b> 1ª 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.</p> <p>TRIVINOS, A. N. S. <b>Introdução a pesquisa em ciências sociais:</b> a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p><b>Bibliografia Complementar:</b></p> <p>CHIZZOTTI, A. <b>Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.</b> São Paulo: Cortez, 2017..</p>



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 8 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

**Educação do Campo I: Formação Social do Brasil – 30 h**

**Ementa:** Formação social do Brasil. Teorias do desenvolvimento capitalista: fundamentos. Classes e Lutas de Classe. Organizações dos trabalhadores no Brasil.

**Bibliografia Básica**

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Editora Penguin e Cia. Das Letras, 2012.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Livro 1 - O Processo de Produção do Capital. V. 1, 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

RIBEIRO, Darci. **O Povo Brasileiro:** A formação o sentido do Brasil. 3ª edição. São Paulo/SP: Editora Global , 2015.

**Bibliografia Complementar**

LUKÁCS, G. **História da Consciência de Classes.** São Paulo: Martins Fontes, 2016.

MESZAROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2018

**Antropologia – 60 h**

**Ementa:**

A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. As interpretações antropológicas da cultura e da sociedade no Brasil. A crítica ao etnocentrismo e ao relativismo cultural. Etnia-raça, classe social e gênero na constituição social. Estudos antropológicos sobre educação e a escola no Brasil. Concepções de família/criança/infância como construção histórica/social e seu papel na Educação.

**Bibliografia Básica**

BOAS, F. **Antropologia cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação.** 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia.** 30ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2012.

**Bibliografia complementar**

CASTRIANI, Maria de Jesus. Fundamentos de Antropologia e Educação. Lapa: Fael, 2013.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.

HALL, Stuart. *Da Diáspora - Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

#### **Filosofia da Educação – 60 h**

**Ementa:** Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Conceitos de moral, ética e razão.

#### **Bibliografia Básica**

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 2017.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

#### Bibliografia Complementar

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Lisboa: Edições 70, 2012.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Edipro, 2017.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

#### **Pedagogia e Profissão Docente – 60 h**

**Ementa:** Pedagogia como ciência da educação. Práxis pedagógica e o fazer científico. Formação do Pedagogo e o campo de atuação profissional: contexto histórico e o papel social, ético e político. Saberes docentes e o mundo do trabalho. Políticas atuais e profissionalização docente. Autonomia e identidade profissional. Organizações profissionais, formação inicial e continuada.

#### **Bibliografia Básica**

CRUZ, G. **Curso de pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VEIGA, I. P. A.; D'ÁVILA, C. **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. 2ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

#### Bibliografia Complementar



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

BARROS, D. F. **Prática educativa em ambientes escolares e não escolares:** atribuições profissionais do pedagogo social, empresarial e hospitalar. Campina Grande: Realize editora, 2012.

BRZEZINSKI, I. **Profissão professor:** identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.

CAMBI, F. **História da pedagogia.** São Paulo: UNESP, 2018.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como ciência da educação.** 2ª ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2015.

#### **Leitura e Produção textual – 30 h**

**Ementa:** Linguagem e língua. Texto e discurso. Gêneros textuais escritos e orais: resenha crítica; artigo científico; ensaio; resumo; fala pública. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.

#### **Bibliografia Básica**

ABAURRE, M.B. Produção de Texto. Interlocução e Gêneros. Curitiba: Editora Moderna, 2015.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de textos para estudantes universitários.** Petrópolis: Vozes, 2016.

FIORIN, J. L. **Argumentação.** São Paulo: Editora Contexto, 2015.

#### **Bibliografia Complementar**

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa.** 39 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial, 2016.

KOCH, I. **Escrever e Argumentar.** São Paulo: Editora Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Coerência Textual.** São Paulo: Editora Contexto, 2016

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B. **Prática Textual:** atividades de leitura e escrita. 11ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

#### **Sociologia da Educação – 60 h**

**Ementa:** A construção do pensamento sociológico. O pensamento sociológico clássico e a educação. As visões sociológicas da escola: o lugar da escola na modernidade e na contemporaneidade. Educação, cultura, sociedade, ética, meio ambiente e trabalho. Educação e desigualdades sociais: de gênero, étnico raciais, econômica, cultural. Escola, processos



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

educativos e processos sociais.

**Bibliografia Básica**

DURKEHIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7ª Edição, Petrópolis: Vozes, 2014.

QUINTANEIRO, T; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

**Bibliografia Complementar**

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

IANNI, O. **A sociologia e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MELO, A. **Fundamentos socioculturais da educação**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

WEBER. **Ciência e política: duas vocações**. 16 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

**2º SEMESTRE**

**Seminário Integrador II – 45 h**

**Ementa:** Estudo do método de intervenção e trabalho de base em comunidades camponesas e de processos de inserção na escola. Estabelecimento de relações entre as diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade escolar e não escolar, em seus aspectos sócios pedagógicos. Elaboração de síntese e planejamento sobre o processo de Planejamento sobre o processo de inserção na escola e na comunidade.

**Bibliografia básica:**

CALDART, R. S. (Org.) **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MANACORDA, A. Mario. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2º edição. São Paulo: Editora Alínea, 2010.

RANULFO, P. **Trabalho de Base**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

**Bibliografia complementar:**

CALDART, R. **Caminhos para a transformação da escola 2: Agricultura Camponesa, Educação Politécnica e Escolas do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 11ª edição. São Paulo: Papirus, 2012.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

ORSO, J. Paulino, et. al (org). Educação, Estado e Contradições Sociais. São Paulo: Outras expressões, 2011.

CALDART, R.S. (Org.). **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

#### **Pesquisa e Processos Educativos II- 90h**

Epistemologia da pesquisa em educação. Trajetória e tendências da pesquisa em educação no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, incluindo o estado do conhecimento. Inserção no campo da pesquisa em educação. Estudo sobre as linhas de pesquisa do curso

##### **Bibliografia Básica:**

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. São Paulo: EPU, 2013.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 19ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.

##### **Bibliografia Complementar:**

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. 5ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

#### **Educação do Campo II: A Questão Agrária no Brasil– 30 h**

**Ementa** Processo de formação do território nacional e a origem da questão agrária. Teoria e características fundamentais classes sociais no campo: Agronegócio versus Agricultura Familiar e Camponesa.

##### **Bibliografia Básica**

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2014.

PRADO JR, C. **A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: Interpretações sobre o camponês e o campesinato**. Vol. 9. São Paulo: Expressão Popular, 2016.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Bibliografia Complementar**

MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a Terra: Ofensiva e Resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viamundo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. Vol. 8. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

**História da Educação – 60 h**

**Ementa:** A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico-social, político e econômico da educação brasileira. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais e indígena, quilombola. A escola no contexto histórico brasileiro e catarinense.

**Bibliografia Básica:**

PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2019.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2019.

**Bibliografia Complementar:**

PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. **História da Educação**. São Paulo: Contexto, 2012.

MANACORDA, Mario Aligheiro. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. (orgs) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol I século XVI a XVIII. Petrópolis: Vozes, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. (orgs) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol II: século XIX. Petrópolis: Vozes, 2011.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena. (orgs) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2011.

**Psicologia da Educação – 60 h**

**Ementa:** Escolas teóricas da psicologia e a relação com a Educação. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento humano. Processos psicológicos de aprendizagem e inter-relação com as dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas. Temáticas contemporâneas na interface Psicologia e Educação.

**Bibliografia Básica:**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

LA TAILLE, I.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: edição revistas teorias psicogenéticas em discussão.** São Paulo: Summus, 2019.

REGO, T. C. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação.** Petrópolis: Vozes, 2020.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e Aprendizagem Em Piaget e Vygotsky.** São Paulo: Summus, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 2010.

PALANGANA, I. C. **Desenvolvimento & aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social.** 5 ed. São Paulo: Summus, 2015.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. M. R. **Psicologia na educação.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

**Corpo e movimento – 60 h**

**Ementa:** História do movimento e construção do corpo. Concepções de corporeidade. O corpo como linguagem, gesto, presença, expressão criativa.

**Bibliografia Básica:**

GOMES DA SILVA, P. N.; DE OLIVEIRA CAMINHA, I. **Movimento Humano.** Incursões na Educação e na Cultura. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017.

KUNZ, E. (Org.). **Didática da educação física 1.** 6 ed. Ijuí: Unijuí, 2018.

BETTI, M.; GOMES DA SILVA, P. N. **Corporeidade, jogo, linguagem:** A educação física nos anos iniciais ao Ensino Fundamental. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2019.

**Bibliografia Complementar:**

BRUHNS, H. T. **Conversando sobre o corpo.** 7 ed. Campinas: Papyrus, 2003.

FREITAS, G. G. **O esquema corporal, a imagem corporal, a consciência corporal e a corporeidade.** 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2004.

GONÇALVES, M. A. S. **Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação.** 15 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

RIBAS, J. B. C. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

### 3º SEMESTRE

#### Seminário Integrador III – 30h

**Ementa:** Construção de análises e sínteses a partir da problematização de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio pedagógicos. Desenvolvimento de estratégias de discussões e de levantamentos de demandas nos espaços de inserção na escola e na comunidade. Realização de processos orientados de inserção.

**Bibliografia básica:**

CALDART, R. Salete, et. al (org). **Caminhos para a transformação da escola 4:** Trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GUIMARÃES, Gilda, et. al (org.). **Educação Omnilateral.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

PISTRAK, M. Moisey. **Ensaio sobre a Escola Politécnica.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

**Bibliografia complementar:**

FREIRE, Paulo R. **Pedagogia do Oprimido.** 60ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

MÉSZÁEOS, Instván. **Educação Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editorial,

SHULGIN, Victor N. **Rumo ao Politecnismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

#### Pesquisa e Processos Educativos III- 90h

O sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Procedimentos de pesquisa em educação. Discussão sobre as linhas de pesquisa do curso. Elaboração da carta de intenção em pesquisa.

**Bibliografia Básica:**

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 19º edição. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade.** 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo.** São Paulo: Atlas, 2006. reimpressão. 2015.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa.** 1 ed. Campinas: Papyrus, 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

MOURA, Manoel Oriosvaldo. **Educação Escolar e pesquisa na Teoria Histórico Cultural.** São Paulo: Loyola, 2017.

**Teorias Educacionais e Curriculares – 60 h**

**Ementa:** Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares.

**Bibliografia Básica:**

MOREIRA, A. F. B. et al. **O currículo nos limiões do contemporâneo.** 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 42 ed. São Paulo: Autores associados, 2012.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Historia das ideias pedagógicas.** 8 ed. São Paulo: Ática, 2008.

LOPES, A. R. C.; MACEDO, E. (Orgs.). **Currículo: debates contemporâneos.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas: Autores Associados, 1997.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

superiores. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**Educação do Campo III: História da Educação do Campo e Movimentos Sociais 30 h**

**Ementa:** Origem dos movimentos sociais e movimentos sociais do campo. Experiências de educação dos Movimentos Sociais. Educação do Campo. Educação Rural. Educação Popular. Fundamentos da Educação do Campo.

**Bibliografia Básica**

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. Vol. 5. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011

SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert; LEITE, Valter de Jesus; BAHNUI, Caroline. **Ensaio da escola do trabalho na luta pela terra: 15 anos da Escola Itinerante do Paraná**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

**Bibliografia Complementar**

CALDART, R. S.; ARROYO, M. G.; MOLINA, M. C. **Por Uma educação do Campo**. São Paulo: Vozes, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

LENIN, Vladimir. **Democracia e Luta de Classes**. São Paulo: Boitempo, 2019.

**Infância e Educação Infantil – 60 h**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Ementa:** História e função social das instituições de Educação infantil. Política de atendimento educacional às crianças de 0 até 6 anos no Brasil. Propostas curriculares oficiais para a Educação Infantil brasileira. Cuidar e educar. Docência na Educação Infantil. A organização do cotidiano educativo de creche e pré-escola. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento, avaliação.

**Bibliografia Básica**

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A (LTC), 2014.

OLIVEIRA, Z. M. (Org.). **A Criança e seu desenvolvimento: perspectiva para se discutir a educação infantil.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RIZZINE, Irene e PILOTTI, Franciso. (Orgs). **A arte de governar crianças:** A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortes 2011.

**Bibliografia Complementar**

BONDIA, Jorge Larossa. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas.** Trad. Alfredo Veiga-Neto. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. da S. (orgs.). **Educação infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2012.

VERCELLI, L. de C. A.; STANGHERLIM, R. (orgs.). **Formação de professores e práticas pedagógicas na Educação Infantil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

**Alfabetização e Letramento I – 60 h**

**Ementa:** Alfabetização e Letramento: contextualização histórica e conceitos. História da escrita alfabética. Características do sistema alfabético. Concepções teórico-metodológicas da alfabetização e do letramento. Aquisição e desenvolvimento da linguagem. A função social da escrita.

**Bibliografia Básica:**

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2014.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita:** a alfabetização como processo discursivo. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2017.

**Bibliografia Complementar**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

Faraco, C. A. **Linguagem Escrita e Alfabetização**. São Paulo: Contexto, 2012.

INÊS, Maria, et. al. **Alfabetização linguística da Teoria à Prática**. São Paulo: Editora Dimensão: Belo Horizonte, 2017.

KLEN, Lígia Regina. **Alfabetização: Quem tem medo de ensinar?** 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

KRAMER, Sônia. **Alfabetização Leitura e Escrita**. São Paulo: Ática, 2010.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. São Paulo: Vozes, 2015.

**Educação, Sociedade e Trabalho – 60h**

**Ementa:** Reestruturação produtiva e seus impactos na educação do trabalhador: manufatura, taylorismo-fordismo e acumulação flexível. As relações entre Trabalho, sociedade e Educação. Formação omnilateral dos sujeitos: o trabalho docente na perspectiva da emancipação humana.

**Bibliografia Básica:**

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2013.

PEREIRA, M.F.R. **Trabalho e Educação Uma Perspectiva Histórica**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012.

MESZÁROS, I. **Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

**Bibliografia Complementar:**

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BATISTA, Eraldo Leme et.al(org.) **Trabalho, Educação e Emancipação Humana**. Juaí: Paco Editorial, 2015.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

**4º SEMESTRE**

**Seminário Integrador IV – 30 h**

**Ementa:** Organização de sínteses a partir de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio pedagógicos. Orientação para organização de dados coletados na comunidade e na escola.

**Bibliografia básica:**

CALDART, R. Salete, et. al (org). **Caminhos para a transformação da escola 4: Trabalho,**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**agroecologia e estudo nas escolas do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

GUIMARÃES, Gilda, et. al (org.). **Educação Omnilateral.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

PISTRAK, M. Moisey. **Ensaio sobre a Escola Politécnicas.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

**Bibliografia complementar:**

FREIRE, Paulo R. **Pedagogia do Oprimido.** 60ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

MÉSZÁEOS, Instván. **Educação Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo Editorial,

SHULGIN, Victor N. **Rumo ao Politecnismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

**Pesquisa e Processos Educativos IV- 90h**

**Ementa:** Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Sistematização da pesquisa em educação. Discussão sobre as linhas de pesquisa do curso.

**Bibliografia Básica:**

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** 19ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade.** 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo.** São Paulo: Atlas, 2006. reimpressão. 2015.

**Bibliografia Complementar:**

SIMÕES, D.; GARCIA, F. (ORGs). **Pesquisa Científica como Linguagem da práxis.** Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa Ação.** 18ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011

LUDKE, M. ANDRE, M. E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagem qualitativa.** São Paulo: Editora E.P.U, 2013.

**Metodologia e Literatura da Educação Infantil - 75 horas**

**Ementa:** Identificação das diferentes concepções de leitura (conceito e prática) no trabalho com literatura infantil. Literatura Infantil no Brasil. Reflexão acerca do ensino de literatura infantil



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

nas escolas do campo. Análise de obras de literatura infantil e desenvolvimento de metodologias de trabalho. Análise da organização e estudo do cotidiano na educação infantil com crianças de 0 a 3 anos e de 4 e 5 anos. As orientações legislativas para a Educação Infantil e sua incidência na organização curricular. As linguagens e suas metodologias na EI. O planejamento e a organização do tempo e do espaço na EI.

**Bibliografia Básica:**

ALBANO, Ana Amélia. **O espaço do desenho: a educação do educador**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

CEPPI, G.; ZINI, M. (Orgs.). **Crianças, espaços e relações: como projetar ambientes para a educação infantil**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRIEDMANN, Adriana. **Linguagens e culturas infantis**. São Paulo: Cortez, 2013.

**Bibliografia Complementar:**

FRIEDMANN, Adriana. **Linguagens e culturas infantis**. São Paulo: Cortez, 2013.

HORN, Maria da Graça Souza. **Brincar e interagir nos espaços da educação infantil**. Porto Alegre: Penso, 2017

RAMOS, Graça. **A imagem nos livros infantis: caminhos para ler o texto visual**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VERCELLI, L. de C. A.; STANGHERLIM, R. (orgs.). **Formação de professores e práticas pedagógicas na Educação Infantil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

**Fundamentos Metodológicos da Língua Portuguesa – 90 h**

**Ementa:** Gêneros discursivos. Estratégias. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental. Documentos curriculares oficiais para área de Língua Portuguesa. Planejamento e avaliação em Língua Portuguesa. Currículo e práticas pedagógicas em Língua Portuguesa.

**Bibliografia Básica**

ABAURRE, M.B. **Produção de Texto. Interlocução e Gêneros**. Curitiba: Editora Moderna, 2015.

GOMES, M. L. **Metodologia do ensino da língua portuguesa**. 2ª ed. Curitiba: Editora Inter saberes 2015.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Editora Mercado das Letras., 2004.

**Bibliografia Complementar**

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Com direito à palavra:** dicionários em sala de



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

aula. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2012.

COELHO, F. ;PALOMANES, R. **Ensino de Produção Textual**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, M. **Linguagem e escola**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

#### **Políticas Públicas da Educação: 60h**

**Ementa:** Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Organização da educação brasileira (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96)), PNE, Diretrizes da Educação Básica. Financiamento da educação.

#### **Bibliografia Básica:**

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L.; **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

#### **Bibliografia Complementar:**

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. 3 ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2011.

BRASIL. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2014.

SOARES, Kátia Cristina Dambiski; SOARES, Marcos Aurélio Silva. **Sistemas De Ensino: Legislação e Política Educacional para a Educação Básica**. Curitiba. Intersaberes, 2017.

#### **Alfabetização e Letramento II – 60 h**

**Ementa:** Escrita e textualidade. Processos de aprendizagem da leitura e da escrita. Gêneros textuais e processos de letramento. Práticas pedagógicas de alfabetização e letramento.

#### **Bibliografia Básica:**

FERREIRO, E. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2017.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Bibliografia Complementar:**

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedo, Linguagem e Alfabetização**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

INÊS, Maria, et. al. **Alfabetização linguística da Teoria à Prática**. São Paulo: Editora Dimensão: Belo Horizonte, 2017.

KLEN, Lígia Regina. Alfabetização: **Quem tem medo de ensinar?** 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

KRAMER, Sônia. Alfabetização Leitura e Escrita. São Paulo: Ática, 2010.

**Didática I – 60 h**

**Ementa:** Abordagens da trajetória da Didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processo ensino-aprendizagem: relações conteúdo-forma, teoria-prática, escola-sociedade, professor-aluno. Técnicas/métodos de ensino.

**Bibliografia básica:**

COMÊNIO, J. A. **Didática Magna**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papirus, 2011.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. Cortez, 2017.

**Bibliografia Complementar**

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: **Estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2014.

MELLO, A.; URBANETZ, S. T. **Fundamentos de didática**. Curitiba: Iter saberes, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento. Projeto de Ensino. **Aprendizagem e Projeto Político – Pedagógico**. 11º ed. São Paulo: Libertad, 2012.

**5º SEMESTRE**

**Seminário Integrador V – 30h**

**Ementa:** Construção de processos analíticos sobre questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio pedagógicos. Planejamento e orientação para os processos de inserção na escola, na comunidade e estudos



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

sistemáticos. Realização de processos orientados de inserção na comunidade e na escola.

**Bibliografia básica**

GUIMARÃES, Gilda, et. al (org.). **Educação Omnilateral**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

PISTRAK, M. Moisey. **Ensaio sobre a Escola Politécnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

RANULFO, P. **Trabalho de Base**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

**Bibliografia complementar**

FREIRE, Paulo R. **Pedagogia do Oprimido**. 60ª edição. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

MÉSZÁEOS, Instván. **Educação Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

SHULGIN, Victor N. **Rumo ao Politecnismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

**Pesquisa e Processos Educativos V - 30h**

**Ementa:** Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. A ética na pesquisa educacional. Sistematização da pesquisa em educação.

**Bibliografia Básica**

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8 edição. São Paulo: Atlas, 2017.

BROOKS, Rachel; TE RIELE, Kitty; MAGUIRE, Meg. **Ética e pesquisa em educação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.

**Bibliografia Complementar**

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. 1 ed. Campinas: Papyrus, 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

**Linguística: 30h**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Ementa:** Linguagem, sociedade e ensino. Áreas de sociolinguística e psicolinguística. Variação linguística e preconceito linguístico. Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

**Bibliografia Básica**

MARTELOTTA, M.E. **Manual de linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2010

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

**Bibliografia Complementar**

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. 56 ed. São Paulo: Parábola, 2015.

\_\_\_\_\_. **Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo: Parábola, 2014.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 17 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

**Fundamentos Metodológicos da Matemática – 60 h**

**Ementa:** A construção do número. Alfabetização matemática. Conhecimento lógico matemático: classificação, seriação, correspondência, inclusão e interseção de classes, sequência lógica, comparação e conservação. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na educação infantil e na educação de jovens e adultos. Noções fundamentais das teorias da educação matemática.

**Bibliografia Básica**

BERTON, I. C.; ITACARAMBI, R. R. **Números, brincadeiras e jogos**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade**. 6 ed. São Paulo: Editora Autêntica, 2019.

MOYSÉS, L. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática**. 11 ed. Campinas: Papirus, 2012.

**Bibliografia Complementar**

SOUZA, N. M. M. **Educação matemática nos anos iniciais do ensino fundamental: princípios**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

e práticas pedagógicas. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

ITACARAMBI, R.R. **Resolução de problemas nos anos iniciais do ensino fundamental**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

LIMA, A. C. NACARATO, A. M. **Matemática e educação infantil: investigações de práticas pedagógicas**. São Paulo: Editora Vozes, 2 ed. 2012.

MENDES, I. A.; SANTOS, A.S.; PIRES, M.A. **Práticas matemáticas em atividades didáticas para os anos iniciais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

#### **Didática II – 60 h**

**Ementa:** Pressupostos epistemológicos do planejamento e da avaliação educacional. Relação entre PPP, planejamento e avaliação. Organização didática: projeto, plano de ensino, plano de aula, sequência didática e seus elementos (tipos de conteúdos, de objetivos e formas de avaliação). Princípios e funções da avaliação no processo ensino-aprendizagem.

#### **Bibliografia básica:**

PERRENOUD, Philippe. **Formando Professores Profissionais: Quais Estratégias? Quais Competências?**. RS: Artmed, 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento. Projeto de Ensino. Aprendizagem e Projeto Político – Pedagógico**. 11º ed. São Paulo: Libertad, 2012.

#### **Bibliografia Complementar:**

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Rumo a uma nova didática**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico da Escola**. Papirus, 2016.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

#### **Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – 30 h**

**Ementa:** Tecnologia Educacional. Recursos Audiovisuais. Mídia Impressa. Internet. Software Educacional. Oficinas de Informática.

#### **Bibliografia Básica**

CARVALHO, F. C. A.; IVANOFF, G. B. **Tecnologias que educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

PIVA, D. JR. **Sala de Aula Digital: Uma Introdução à Cultura Digital para Educadores.** São Paulo: Saraiva, 2013.

**Bibliografia Complementar**

Ferretti, Celso Joao (org). **Novas tecnologias Trabalho e Educação um Debate Multidisciplinar.** São Paulo: Vozes, 2018.

FILÉ, V.; **Escola e Tecnologia: Máquinas, Sujeitos e Conexões Culturais.** São Paulo: Rovelte, 2013.

MORAES, Dênis de ,RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.** São Paulo: Boitempo, 2013.

PALFREY, J. G.; GASSER, U. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração dos nativos digitais.** Porto Alegre: Artmed, 2011.

**Educação do Campo IV: Políticas Públicas da Educação do Campo**

**Ementa:** Estado. Histórico das Políticas Públicas de educação para o Meio Rural. Legislação da Educação do Campo. Políticas Públicas para a Educação do Campo.

**Bibliografia Básica:**

CALDART, R. S. et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do Campo como um direito Humano.** São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2013.

**Bibliográfica Complementar:**

SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert; LEITE, Valter de Jesus; BAHNUI, Caroline. **Ensaio da escola do trabalho na luta pela terra: 15 anos da Escola Itinerante do Paraná.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024) por uma outra política educacional.** 5ª edição. Campinas: Autores Associados, 2019.

VENDRAMINI, C. R.; SAPELLI, M. L. **Educação do Campo: uma particularidade na universalidade.** In: MELO, A.; HIDALGO, Â. M.; SAPELLI, M. L. S. (Ogs.). Terra e Educação: contexto e experiências em educação do campo. Guarapuava: UNICENTRO, 2014.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Estágio Supervisionado I – Educação Infantil – 120 h**

**Ementa:** Princípios do estágio na Educação Infantil. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações educativas. Observação e a reflexão crítica na/da docência na Educação Infantil. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil. Vivência e problematização da Educação Infantil em contextos do campo.

**Bibliografia Básica:**

OLIVEIRA, Z. M. R. (Org.). **Educação infantil: muitos olhares**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OSTETTO, L. E. (Org.). **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

SILVA, Ana Paula Soares de, et.al (org.) **Educação Infantil do Campo**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

**Bibliografia Complementar:**

AZEVEDO, H. H. O. **Educação infantil e formação de professores: para além da separação cuidar-educar**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

CARVALHO, M. **Matemática e Educação Infantil - Investigações e Possibilidades de Práticas Pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CEPPI, G.; ZINI, M. (Org.). **Crianças, Espaços, Relações**. São Paulo: Artmed, 2013.

OLIVEIRA, Z. M. (Org.). **A Criança e seu desenvolvimento: perspectiva para se discutir a educação infantil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

**6º SEMESTRE**

**Seminário Integrado: VI – 45h**

**Ementa:** Construção de análises e sínteses a partir da problematização de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e de processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio pedagógicos. Investigação sobre processos educativos escolares e comunitários.

**Bibliografia básicas**

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GUIMARÃES, Gilda, et. al (org.). **Educação Omnilateral**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019.

RANULFO, P. **Trabalho de Base**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Bibliografia complementar:**

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 11ª edição. São Paulo: Papirus, 2012.

MANACORDA, A. Mario. **Marx e a Pedagogia Moderna**. 2ª edição. São Paulo: Editora Alínea, 2010.

ORSO, J. Paulino, et. al (org). **Educação, Estado e Contradições Sociais**. São Paulo: Outras expressões, 2011

**Pesquisa e Processos Educativos VI- 30h**

**Ementa:** Sistematização da pesquisa em educação. Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação da pesquisa. Método científico. Tipos de Conhecimento. Produção e socialização do conhecimento. Projetos Técnicos e de Pesquisa. Discussão sobre as linhas de pesquisa do curso. Produção do TCC.

**Bibliografia Básica:**

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8ª edição. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**Bibliografia Complementar:**

MAFRA, J. J.; Ler e tomar notas: **Primeiros Passos da Pesquisa Bibliográfica**. Minas Gerais: PUC Minas, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: Métodos e Técnicas de Pesquisa (monografia, Dissertações, Teses e Livros)**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.

**Fundamentos Metodológicos das Ciências Sociais – 90 h**

**Ementa:** A Geografia e a História e suas visões teórico-metodológicas. O ensino da História e da Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental: objetivos e eixos organizadores dos conteúdos. Procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o ensino da Geografia e da História. Planejamento de ensino. Vivências pedagógicas e curriculares.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Bibliografia Básica:**

CASTRO, I. E.; CORREA, R.; GOMES, P. C. C. **Geografia: conceitos e temas**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

PENTEADO, H. **Metodologia do ensino de história e geografia**. São Paulo: Cortez, 2011.

WERNET, Augustin. **Max Weber Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2015.

**Bibliografia Complementar:**

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História - fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2019.

CARLOS, A. F. A. (Org.). **A Geografia na sala de aula**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTRO GIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. (Orgs.). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

KARNAL, L. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2018.

PONTUSCKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia**. 3 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

**Educação do Campo V: Educação e Agroecologia - 30hs**

**Ementa:** História da Agricultura. Cultura Camponesa. Modos de Produção Agrícola e organização da Agricultura. Agroecologia. O vínculo entre Agroecologia e Educação.

**Bibliografia Básica**

MACHADO, L. C. P.; MACHADO, L. C. P. F.; **A Dialética da Agroecologia: Contribuição Para Um Mundo Com Alimentos Sem Veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PRIMAVESI, A. **Convenções dos Ventos**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

RIBEIRO, D. S. et al. (Orgs.). **Agroecologia na Educação Básica: Questões propositivas de conteúdo de metodologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

**Bibliografia complementar:**

CALDART, R. S. (ORG) **Dicionário da Educação do Campo**. Editora Expressão Popular, 2012.

DELGADO, G. C.. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclica em meio século (1965 - 2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012

NOVAES, H. T.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, Laís. **Questão Agrária, Cooperação e**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Agroecologia.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

**Libras 60 h**

**Ementa:** Surdez e linguagem. Concepções do Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo da Educação de Surdos. Alfabeto manual, os números e vocabulário de Libras. Professor Bilíngue. Cultura e identidade dos Surdos. Aspectos Históricos da Educação dos Surdos. Vocabulário de LIBRAS, Intérprete na sala de aula, Construção da escrita dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras.

**Bibliografia Básica:**

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2019.

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2019.

LACERDA, C.B.F., SANTOS, L.F(org). **Tenho um surdo e agora? Introdução à Libras.** São Carlos: EduFSCar, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

FERNANDES, E. (Org.). **Surdez e bilinguismo.** 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MOURA, M. C.; VERGAMINI, S. A. A.; CAMPOS, S. R. L. **Educação para surdos: práticas e perspectivas.** São Paulo: Santos, 2011.

SLOMSKI, V. G. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas.** Curitiba: Juruá, 2010.

**Educação Inclusiva – 60 h**

**Ementa:** Educação Inclusiva: contextualização histórica, fundamentos legais e concepções. A democratização do acesso à rede regular de ensino. Educação Especial e a fundamentação histórica e legal. Público alvo do atendimento educacional especializado. Fundamentação e recursos pedagógicos para inclusão: acessibilidade, tecnologia assistiva, desenho universal e adaptações curriculares. Educação e Direitos Humanos. Diversidade, diferença e educação. Educação Intercultural Inclusiva e práticas educativas.

**Bibliografia Básica:**

BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. (Org.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania.** Campinas: Papyrus, 2013.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** 4 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

**Bibliografia Complementar**

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades especiais**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

FERNANDES, S. **Metodologia da Educação Especial**. 1ª ed. Curitiba. IBPEX, 2011.

**Gestão educacional – 60 h**

**Ementa:** Gestão educacional: fundamentos e princípios. O ideário do Estado e suas implicações no sistema educacional e na gestão educacional. Gestão democrática. Planejamento e gestão do tempo e do espaço nas instituições educativas. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.

**Bibliografia Básica**

LIBÂNEO, José Carlos 1945-; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, MirzaSeabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed., rev e ampliada. São Paulo: Cortez, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 2012.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Política e gestão da educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

**Bibliografia Complementar**

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação**. São Paulo: Vozes, 2019.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

**Estágio Supervisionado II: Gestão escolar – 90 horas**

**Ementa:** Caracterização da função do pedagogo na organização do trabalho pedagógico em instituições escolares. Estabelecimento de relação com as demais instâncias na esfera da escola e do Estado. Observação e reflexão crítica de formas distintas de organização curricular, planejamento de processos educativos em diferentes situações institucionais, especificamente em escolas do campo.

**Bibliografia Básica**

ALVES, N. (Org.). **Formação de Professores: pensar e fazer**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.D.; THOSCHI, M. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2013.

**Bibliografia complementar**

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019

FREITAS, L. C.; **A reforma empresarial da educação, nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 2013.

**7º SEMESTRE**

**Seminário Integrador – VII – 30h**

**Ementa:** Construção de sínteses a partir de questões trabalhadas em diferentes disciplinas do curso e em processos de investigação da realidade, em seus aspectos sócio pedagógicos. Organização dos resultados obtidos nos processos de inserção na escola e na comunidade.

**Bibliografia básica:**

FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. 11ª edição. São Paulo: Papyrus, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

PAIVA, V. P.; **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2015

**Bibliografia complementar:**

MARX, K; ENGELS, F. **História, natureza, trabalho, educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

CALDART, R. **Caminhos para a transformação da escola 2: Agricultura Camponesa, Educação Politécnica e Escolas do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IASI, M. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular: 2011.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**Pesquisa e Processos Educativos VII- 45h**

**Ementa:** Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso.

**Bibliografia básica**

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8 edição. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.

**Bibliografia Complementar**

MAFRA, J. J.; **Ler e tomar notas: Primeiros Passos da Pesquisa Bibliográfica**. Minas Gerais: PUC Minas, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: Métodos e Técnicas de Pesquisa (monografia, Dissertações, Teses e Livros)**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014

**Gestão em espaços não escolares – 30 h**

**Ementa:** Desenvolvimento do conceito sobre a função do pedagogo na organização do trabalho pedagógico em espaços formativos e organizativos nas comunidades do campo e a organização de processos educativos não formais. Estabelecimento de relações conceituais entre a Educação Popular, a Educação do Campo e a formação. A discussão da Pedagogia Social e sua função educativa em instituições não escolares.

**Bibliografia Básica:**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2015.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2013.

PAIVA, V. P.; **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

**adultos.** São Paulo: Edições Loyola, 2015

**Bibliografia complementar:**

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política.** SP: Cortez, 2011.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas.** Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

**Fundamentos Metodológicos em Artes – 90 h**

**Ementa:** Concepções de Arte na educação a partir da história do ensino de Artes no Brasil. Abordagens metodológicas em Arte. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de Arte na Educação Básica. Arte e o processo criativo: artes visuais, música, dança e teatro. Documentos curriculares oficiais para área de Artes. Planejamento e avaliação em Artes. Currículo e práticas pedagógicas em Artes.

**Bibliografia Básica**

BARBOSA, Ana Mãe. **Arte Educação no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 2018.

SWANWICK, K. **Música, mente e educação.** Tradução de Marcell Silva Steuernagel. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SCHAFER, R. M. **Afinação do mundo.** Tradução de Marisa Trench de O. Fonterrada. 2 Ed. São Paulo: Unesp, 2011

**Bibliografia Complementar**

Duarte, Newton; Della Fonte, Sandra Soares. **Arte, conhecimento e paixão na formação humana.** Campinas: Autores Associados, 2010.

MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e Criatividade na Infância.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

**Estatística – 60 h**

**Ementa:** Conceitos básicos. Séries Estatísticas. Dados absolutos e dados relativos. Distribuição de frequências. Representação gráfica de distribuição e frequência e interpretação de dados. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Probabilidades. Distribuição de probabilidade: binomial e normal.

**Bibliografia Básica**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. Florianópolis: 8 ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

CAZORLA, I. M.; SANTANA, E. R, S. **Do Tratamento da Informação ao Letramento Estatístico**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 11 ed. Rio de Janeiro: Mário F. Triola/ LCT, 2014.

**Bibliografia Complementar:**

BUSSAB, W. O.; MORETIN, P.A. **Estatística Básica**. 7ª edição, 1ª reimpressão, Ed. Saraiva, 2011

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, C. E.; COUTINHO, C. Q. S.; ALMOULOUD, S. A. (Orgs). **Estudos e Reflexões em Educação Estatística**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2010

LÜDKE, M.; André, M.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2012.

MAGALHÃES, M.N.; PEDROSO, A.C. L. **Noções de Probabilidade e Estatística**. 7ª edição, 1ª reimpressão, EDUSP, 2011.

**Educação de Jovens e Adultos – 60 h**

**Ementa:** Trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos. Teoria e prática na EJA. Práticas curriculares e avaliativas na EJA. Especificidades dos alunos de EJA.

**Bibliografia Básica:**

BARCELOS, V. **Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas**. Vozes, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

FRIGOTTO, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, K; ENGELS, F. **História, natureza, trabalho, educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2015



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

VALDÉS, R. et al. **Educação de pessoas jovens e adultas: rumo à construção de sentidos comuns na diversidade**. Goiânia: UFG, 2014.

**Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental - 120 h**

**Ementa:** Princípios do estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações escolares. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, preferencialmente em escolas do campo.

**Bibliografia Básica:**

ANGOTTI, M. (Org.) **Educação Infantil: Da Condição de Direito À Condição de Qualidade no Atendimento**. Campinas: Alínea, 2019.

CORTELLA, M. S. **Educação, escola e docência - novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014.

MOTTA, F. M. N. **De crianças a alunos: a transição da educação infantil para o ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2014.

**Bibliografia Complementar**

FARFUS, Danieli. **Espaços Educativo um olhar pedagógico**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

GOHN, M. G. **Educação Não Formal e Cultura Política**. v. 26, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino as Abordagens do Processo**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

PRADO, E. **Estágio na Licenciatura em Pedagogia: Gestão Educacional**. Série Estágios. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVA, Aline Maria da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: História e Fundamentos**. Curitiba: Ibex, 2012.

**8º SEMESTRE**

**Seminário Integrador – VIII -30 h**

**Ementa:** Organização dos resultados obtidos nos processos de inserção na escola e na comunidade

**Bibliografia básica:**

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FREIRE, P; OLIVEIRA, R. D. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2013

GOHN, M. G. **Educação Não Formal e Cultura Política**. v. 26, 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

**Bibliografia complementar**



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LACEY, Hugh. **Valores e atividades científica 2**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARX, K. **Contribuição para Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

#### **Pesquisa e Processos Educativos VIII - 60h**

**Ementa:** Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso.

##### **Bibliografia Básica**

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 8 edição. São Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 13ª Edição. São Paulo: Atlas, 2019.

##### **Bibliografia Complementar**

MAFRA, J. J.; Ler e tomar notas: **Primeiros Passos da Pesquisa Bibliográfica**. Minas Gerais: PUC Minas, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica: Métodos e Técnicas de Pesquisa (monografia, Dissertações, Teses e Livros)**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014

#### **Fundamentos Metodológicos das Ciências Naturais – 60 h**

**Ementa:** Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Ciências Naturais. Alfabetização científica. Conceitos e metodologia do ensino de ciências naturais. Documentos curriculares oficiais para área de ciências naturais. Planejamento e avaliação em ciências naturais. Currículo e práticas pedagógicas em ciências naturais

##### **Bibliografias básicas**

ASTOLFI, J. P.; DEVELAY, M. **A Didática das ciências**. 16 ed. Campinas: Papyrus, 2011.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de ciências: fundamentos e métodos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2011



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

KOYRÉ, Alexandre. **Estudo e História do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

**Bibliografia Complementar:**

BAZZO, W. A.; PEREIRA, L. T. V.; VONLINSINGEN, I. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: e o contexto da educação tecnológica**. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2012

**Ética e Bioética – 45h**

**Ementa:** Conceitos de Ética e da Moral. Divisões da Ética: Metaética, Ética Normativa e Ética Aplicada. Ética e Ciência. Bioética: origem, princípios e temas: eutanásia, aborto, meio ambiente, tecnologia. Ética e Pesquisa com seres humanos.

**Bibliografia Básica:**

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANCHEZ VASQUEZ, A. **Ética**. 37 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

**Bibliografia Complementar:**

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2019.

CORTELLA, M. S. **Educação, convivência e ética: audácia e esperança**. São Paulo: Cortez, 2015.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral**. Tradução Attila Blacheyre. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016

**Estágio Supervisionado IV: Gestão Educacional em espaços comunitários do campo – 75h**

**Ementa:** Caracterização da função do pedagogo na organização do trabalho pedagógico em espaços formativos e organizativos nas comunidades do campo e a organização de processos educativos não formais. Estabelecimento de relações entre a Educação Popular, a Educação do



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
**Instituto Federal Catarinense**

---

Campo e a formação. Reflexão sobre a Pedagogia Social e seu viés educativo em instituições não escolares. Observação, organização, planejamento e intervenção em processos educativos nos espaços educacionais e nas comunidades camponesas e ou instituições não escolares.

**Bibliografia Básica:**

ALVES, N. (Org.). **Formação de Professores: pensar e fazer**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.D.; THOSCHI, M. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, V. P.; **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2015

**Bibliografia complementar:**

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

Frigotto, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2012.

PRADO, E. **Estágio na Licenciatura em pedagogia: Gestão Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2012.

PPC atualizado pelo NDE e aprovado na data de 10/07/2020. Ata 03/2020 NDE.



---

*Emitido em 31/07/2020*

**PROJETO Nº 47/2020 - DEPE/ABEL (11.01.15.03)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 31/07/2020 23:21 )*

ANDRE FRANZONI ALEXANDRE

*DIRETOR - TITULAR*

*CHEFE DE UNIDADE*

*DEPE/ABEL (11.01.15.03)*

*Matrícula: 1487773*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:  
**47**, ano: **2020**, tipo: **PROJETO**, data de emissão: **31/07/2020** e o código de verificação: **afab559497**



---

*Emitido em 27/08/2020*

**PROJETO DE CURSO N° 165/2020 - CGCG/REI (11.01.18.00.33)**

**(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 27/08/2020 20:00 )*

ELODIR LOURENCO DE SOUZA

COORDENADOR DE CURSO - TITULAR

GRPEDAG/AB (11.01.15.26)

Matrícula: 2390538

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **165**, ano: **2020**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de emissão: **27/08/2020** e o código de verificação: **3912b30da1**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

## **Regulamento de TC**

**REGULAMENTO DAS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSOS  
EDUCATIVOS (PPE) E DOS TRABALHOS DE CURSO (TC)**

**CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO  
DO CAMPO  
Campus Avançado Abelardo Luz**

Abelardo Luz, julho de 2020.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

## **TÍTULO I**

### **AS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSO EDUCATIVO (PPE) E SUA ARTICULAÇÃO COM O TRABALHO DE CURSO (TC)**

Art. 1º. As disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos (PPE), oferecidas do primeiro ao oitavo semestre do curso e o Trabalho de Curso (TC) fazem parte desse mesmo regulamento porque estão articulados e visam a construção do processo de pesquisa, que culmina com a elaboração do trabalho final, a ser submetido à banca de avaliação.

## **CAPÍTULO I**

### **DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS**

Art. 2º. As disciplinas de PPE objetivam a inserção gradual na pesquisa e a qualidade na elaboração do TC e indica ações como:

- I. Os acadêmicos deverão se inscrever na plataforma *lattes* até o término da disciplina PPE I.
- II. Ao término da disciplina PPE V os acadêmicos deverão apresentar seus pré-projetos de pesquisa aos docentes e demais alunos dessa disciplina.
- III. O professor responsável pela disciplina PPE V deverá, preferencialmente, ministrar a mesma disciplina até a PPE VIII.
- IV. Nas disciplinas de PPE entende-se a Prática como Componente Curricular (PCC) como as atividades que envolvem a compreensão ampliada do fenômeno educativo realizada por meio de diferentes processos teórico-prático-metodológicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
**CAPÍTULO II**

**DAS EMENTAS DAS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSOS  
EDUCATIVOS**

<b>Disciplina:</b> PPE I	<b>Período:</b> 1
<b>Carga horária em TE:</b> 30	<b>Carga horária em PCC em TC:</b> 60
<b>Ementa:</b> Tipos de conhecimento. Método científico. Produção e socialização do conhecimento. Caracterização do campo de pesquisa em educação. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Inserção na pesquisa educacional em campo de atuação profissional.	
<b>Produção:</b> Relatório Científico das atividades de Tempo Comunidade	

<b>Disciplina:</b> PPE II	<b>Período:</b> 2
<b>Carga horária em TE:</b> 30	<b>Carga horária em PCC em TC:</b> 60
<b>Ementa:</b> Epistemologia da pesquisa em educação. Trajetória e tendências da pesquisa em educação no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, incluindo o estado do conhecimento. Inserção no campo da pesquisa em educação. Estudo sobre as linhas de pesquisa do curso.	
<b>Produção:</b> Relatório Científico das atividades de Tempo Comunidade	

<b>Disciplina:</b> PPE III	<b>Período:</b> 3
<b>Carga horária em TE:</b> 30	<b>Carga horária em PCC em TC:</b> 60
<b>Ementa:</b> O sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Procedimentos de pesquisa em	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

educação. Discussão sobre as linhas de pesquisa do curso. Elaboração da carta de intenção em pesquisa.

**Produção: Carta de intenção de pesquisa**

<b>Disciplina:</b> PPE IV	<b>Período:</b> 4
<b>Carga horária em TE:</b> 30	<b>Carga horária em PCC em TC:</b> 60
<b>Ementa:</b> Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Sistematização da pesquisa em educação. Discussão sobre as linhas de pesquisa do curso.	
<b>Produção: Pré-Projeto I, escolha do tema e revisão da literatura</b>	

<b>Disciplina:</b> PPE V	<b>Período:</b> 5
<b>Carga horária em TE:</b> 30	
<b>Ementa:</b> Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. A ética na pesquisa educacional. Sistematização da pesquisa em educação.	
<b>Produção: Projeto de Artigo</b>	

<b>Disciplina:</b> PPE VI	<b>Período:</b> 6
<b>Carga horária em TE:</b> 30	
<b>Ementa:</b> Sistematização da pesquisa em educação. Fundamentos e orientação científicos sobre organização e interpretação da pesquisa. Método científico. Tipos de Conhecimento. Produção e socialização do conhecimento. Projetos Técnicos e de Pesquisa. Discussão sobre as linhas de pesquisa do curso. Produção do TCC.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**Produção: Revisão Literária do TC**

<b>Disciplina:</b> PPE VII	<b>Período:</b> 7
<b>Carga horária em TE:</b> 45	
<b>Ementa:</b> Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso	
<b>Produção: Produção do texto do TC e sua socialização em seminário</b>	

<b>Disciplina:</b> PPE VIII	<b>Período:</b> 8
<b>Carga horária em TE:</b> 45h	<b>Carga horária PCC em TC:</b> 15h
<b>Ementa:</b> Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso.	
<b>Produção: Revisão do TCC e sua apresentação em banca</b>	

## TÍTULO II

### DO TRABALHO DE CURSO (TC)

## CAPÍTULO III

### CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Art. 3º- O TC tem como objetivo desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do aluno e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
Será desenvolvido no decorrer do curso resultando em produção final a elaboração de trabalho de curso

Art. 4.º - O Trabalho de Curso (TC) é a realização de um artigo científico (de 15 a 25 páginas) construído a partir da articulação entre as disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos, resultando na construção de uma análise científica acerca dos diversos fenômenos educacionais.

Art. 5º - O Trabalho de Curso (TC) tem por objetivos:

I - Desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do aluno e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política.

II - Construir uma reflexão crítica acerca do contexto heterogêneo da realidade educacional;

III - Proporcionar o aprofundamento na leitura da realidade educacional, na disciplina intelectual e nos procedimentos requeridos para a pesquisa;

IV - Fomentar a capacidade de planejamento e disciplina para lidar com questões relacionadas à sua área de formação.

Art. 6º - O TC será realizado individualmente, num processo estruturado em quatro etapas articuladas às disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos V, VI, VII e VIII.

Art. 7º - É vedado o aproveitamento de trabalho de curso realizado pelo acadêmico em outro curso de graduação.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS ATRIBUIÇÕES**

#### **Seção I – Do coordenador do TC**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
Art. 8º coordenador de TC corresponde ao professor que ministra a disciplina de PPE a partir do sexto semestre.

Art. 9º - Compete aos Coordenadores do TC:

I - Divulgar a relação de docentes disponíveis à orientação, suas linhas de pesquisa e temáticas que orientam.

II- Apresentar para aprovação do colegiado os orientadores com seus respectivos orientandos.

III – Apresentar ao Colegiado de Curso os roteiros dos trabalhos a serem desenvolvidos pelos acadêmicos e dos documentos de registro (com modelos anexo), dentre os quais:

- a) Projeto de pesquisa;
- b) Carta de Aceite de Orientação e Coorientação (caso houver) do TC;
- c) Ficha de acompanhamento da orientação;
- d) Ficha de avaliação da Banca Examinadora;
- e) Ata de avaliação da Banca Examinadora;
- f) Cronograma de apresentações de TC.

IV - Organizar seminários temáticos relacionados aos projetos de pesquisa;

V - Organizar e divulgar o cronograma das atividades de pesquisa.

VI - Submeter à apreciação e aprovação do Colegiado do Curso de Pedagogia a substituição do docente orientador nos casos em que isso se fizer necessário.

VII - Constituir em conjunto com professores orientadores as bancas examinadoras de avaliação do TC de acordo com as normas deste regulamento.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
IX - Proceder ao registro das avaliações no Diário de Classe e encaminhá-lo à Secretaria Acadêmica.

X - Providenciar as declarações de participação como membro avaliador em banca.

XI - Encaminhar ao Coordenador do Curso, depois de concluídas as apresentações dos TCs um quadro geral onde constem as datas da apresentação, os nomes dos acadêmicos e docentes orientadores, os títulos dos Trabalhos de Curso e a composição das bancas examinadoras, bem como toda a documentação formal exigida.

### **Seção III - Do professor orientador**

Art. 10º - O professor orientador deverá ter formação mínima de especialista e fazer parte do quadro dos docentes do Instituto Federal Catarinense, preferencialmente, do *Campus* Avançado de Abelardo Luz podendo ser docente do curso de Pedagogia ou de outros cursos, desde que tenha formação compatível com o tema da pesquisa.

§ 1 Sugere-se que cada professor assuma no máximo, e concomitantemente, cinco (05) orientações de TC.

§ 2 Para definição dos orientadores de TC deve ser levada em conta a Nota Técnica Conjunta 001/2017-PROEN-PROPI-PROEX/IFC, segundo a qual o conjunto de orientações de estágio, TC, monografia, tese e dissertação não poderá ultrapassar 15 discentes por docente.

§ 3 A distribuição dos projetos de TC entre os orientadores terá como critérios, a relação entre o projeto, preferencialmente a aproximação do professor ao tema e a disponibilidade de carga horária dos mesmos.

Art. 11º - A formalização da orientação se efetivará com as assinaturas da carta aceite de orientação do trabalho de curso, (conforme modelo anexo I), de responsabilidade do acadêmico, que posteriormente deverá encaminhá-lo aos coordenadores de TC.

Parágrafo único - Será permitida a substituição de orientador por solicitação do mesmo ou de seu orientando quando houver razões plausíveis, julgadas pelo colegiado do curso. Para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
tanto a solicitação deverá ser feita por escrito, justificando a necessidade ao coordenador do TC em prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o início do componente curricular Pesquisa e Processos Educativos VI – 6º semestre, cuja decisão deverá ser tomada pelo colegiado do curso.

Art. 12º - Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o acadêmico na elaboração do TC em todas as suas fases, segundo as normas aprovadas pelo Colegiado de Curso.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os orientandos e emitir parecer avaliativo, o qual deverá ser encaminhado ao coordenador do TC.

III - Avaliar cada etapa do desenvolvimento da pesquisa inclusive como presidente da banca avaliadora.

IV - Participar das reuniões cuja pauta inclua decisões quanto à organização dos TCs.

V – Indicar e decidir, em conjunto com os coordenadores do TC, a composição das bancas.

VI – Encaminhar aos coordenadores do TC as notas dos acadêmicos que serão registradas no diário de classe.

VII- Efetuar a verificação de documentos e de componentes do TC e autorizar o acadêmico a realizar a apresentação prevista e a entrega de toda a documentação solicitada.

VIII- Indicar se necessário, ao docente coordenador de TC do curso a nomeação de coorientador.

**Seção IV – Do (a) Professor (a) Coorientador (a)**

Art. 13º - O professor coorientador será indicado pelo orientador em comum acordo com a coordenação de TC e com o acadêmico, podendo o mesmo, ser membro externo do IFC desde que tenha formação mínima de especialista e seja compatível com o tema de pesquisa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
§ 1 Cada coorientador deverá ter no máximo 1 coorientando.

Art. 14º - A formalização da coorientação se efetivará com as assinaturas da carta aceite de coorientação do trabalho de curso, (conforme modelo anexo II), de responsabilidade do orientador, que posteriormente deverá encaminhá-lo aos coordenadores de TC.

§ 1 O coorientando poderá ser substituído a qualquer tempo e caberá ao orientador informar ao coordenador de TC e apresentar ao Colegiado do Curso a justificativa de substituição.

Art. 15º O coorientador não poderá ser membro da banca examinadora, exceto para presidir a mesma na ausência do orientador, conforme orientação da seção II do Capítulo V desse regulamento.

### **Seção V – Dos acadêmicos**

Art. 13º - São atribuições dos acadêmicos:

I - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa seguindo as normas que regem a produção do TC.

II- Apresentar toda a documentação solicitada pelo coordenador e orientador.

III - Participar das reuniões periódicas de orientação.

IV – Apresentar sua monografia ou artigo em banca examinadora.

V - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação do TC.

VI- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos e científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico.

## **CAPÍTULO V**

### **DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CURSO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
**Seção I – Das atividades**

Art. 14º - O tema do TC deverá ter articulação com a área da educação, abordando aspectos relacionados aos fundamentos filosóficos, metodológicos, psicológicos, históricos, políticos, econômicos, antropológicos, sociológicos da educação e da organização pedagógica dos sistemas educacionais formais e educação não formal.

Art. 15º - O tema do TC deverá se articular com as linhas de pesquisa prevista no PPC do Curso de Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo: a) Experiências educativas em escolas do campo e a luta dos Movimentos Sociais por educação. b) Gestão escolar e não escolares c) Estado, Políticas públicas de educação e luta de classes. d) História e concepção da educação e da educação do campo.

Parágrafo único: orienta-se que as linhas de pesquisa desenvolvam projetos de pesquisas institucionalizados por editais de pesquisa. E, que as mesmas, realizem seminários temáticos aberto ao público buscando fomentar o debate entre acadêmicos.

I- O acadêmico deverá, quando necessário, submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (via Plataforma Brasil) de acordo com as orientações dos coordenadores do TC.

Art.16º - O acadêmico deverá entregar três cópias (impressas ou digitais, a critério dos membros da banca) do TC em até 15 (quinze) dias antes da data da apresentação para Banca, com a devida ciência do coordenador do TC.

Art. 17º - O trabalho de conclusão de curso deverá ser elaborado de acordo com as normas da ABNT, contendo no mínimo 15 e máximo 25 páginas.

Parágrafo único – em caso de o orientador não considerar o acadêmico apto para a apresentação e este discordar da decisão, poderá recorrer ao Colegiado de Curso, através de solicitação escrita encaminhada ao coordenador de TC, apresentando a justificativa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
**Seção II – Da banca examinadora**

Art. 18º - A banca examinadora será composta no mínimo por 3 (três) professores: pelo professor orientador, que a presidirá, e por dois membros titulares podendo um ser de outra instituição.

Art.19º - Na ausência do orientador o coorientador poderá substituí-lo.

Art. 20º- A banca avaliadora deverá ser aprovada pelo colegiado do curso.

Art. 21º - Na data, horário e local estabelecido o acadêmico apresentará seu trabalho em sessão pública com duração de no mínimo 15 minutos e, no máximo, 25 minutos e, após, atender aos questionamentos eventualmente apresentados pela banca.

Parágrafo único. Encerrada a sessão, a banca examinadora reunir-se-á para decidir sobre a avaliação do TC, ocasião em que será lavrada ata, a qual será encaminhada à coordenação do TC para as providências cabíveis.

Art. 22º - A função da banca é avaliar o TC apresentado pelo acadêmico com base nos seguintes critérios:

I – Trabalho escrito, destacando:

- a) Relevância e atualidade do tema.
- b) Consistência e adequação da fundamentação teórica.
- c) Coerência entre os objetivos e o desenvolvimento do trabalho.
- d) Adequação da metodologia em relação ao problema de pesquisa.
- e) Produção, análise, interpretação e discussão dos dados.
- f) Qualidade do texto - adequação à norma padrão da língua brasileira e às normas da ABNT.

II – Apresentação oral, avaliando:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

a) Domínio do tema.

b) Desenvoltura na apresentação e na arguição - respostas aos questionamentos da banca examinadora.

c) Planejamento da apresentação, levando-se em conta o cumprimento do tempo, os objetivos, a justificativa, a problematização, a metodologia, os resultados da pesquisa e as conclusões da pesquisa e/ou investigação.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA AVALIAÇÃO**

Art. 23º - A avaliação do rendimento dos acadêmicos será feita conforme critérios de avaliação do Instituto Federal Catarinense.

Art. 24º - Por ocasião da entrega digital do TC o acadêmico deverá entregar em anexo uma cópia da ata de avaliação.

Art. 25º - A nota mínima para a aprovação do aluno em banca examinadora é 6,0 (seis) numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). Se a banca examinadora exigir que o acadêmico reformule aspectos importantes de sua monografia ou artigo a nota da banca ficará pendente até a conclusão da tarefa, que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data da apresentação e defesa.

Parágrafo único: será permitida uma única reapresentação do TC.

Art. 26º - Até 15 (quinze) dias após a aprovação do trabalho pela banca o acadêmico deverá entregar a versão final – digitalizada no formato PDF - revisada pelo orientador. Somente após esse ato será efetivada a aprovação no componente Pesquisa e Processos Educativos VIII.

Art. 27º - São situações que ensejam reprovação do acadêmico:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
I - A não entrega de quaisquer documentos referentes ao TC no prazo estabelecido pela coordenação do TC;

II – O não comparecimento na data e horário agendado para apresentação do trabalho.

III – A comprovação de plágio de qualquer espécie no trabalho (desrespeito aos direitos autorais, com apropriação indevida de autores não citados no texto, independentemente da quantidade de texto, ou apresentação de trabalho de autoria de outrem).

IV – O parecer da banca examinadora desfavorável quanto à qualidade da pesquisa.

## **CAPÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 28º - O IFC – *Campus* avançado de Abelardo Luz reserva-se o direito de disponibilizar os TCs em cópia digital por intermédio de mídias diversas.

Art. 29º - Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

Art.30º - O acadêmico que não apresentar, ou não for aprovado no TC, não poderá colar grau.

Documento elaborado pelo NDE e aprovado na data de 10/07/2020. Ata 03/2020 NDE.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

## Anexo I

### Carta de Aceite de Orientação do Trabalho de Curso

Informo para os devidos fins, que eu, Prof.(a).  
\_\_\_\_\_  
**aceito ser orientador(a) do Trabalho de  
Curso – TC** do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_, do  
*Curso* \_\_\_\_\_, a partir desta data, comprometendo-me com as  
normas deste curso e com as diretrizes do Instituto Federal Catarinense.

Abelardo Luz, SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Professor(a)

\_\_\_\_\_  
Orientador(a) Assinatura do(a) Aluno(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

## Anexo II

### Carta de Aceite de Coorientação do Trabalho de Curso

Informo para os devidos fins, que eu, Prof.(a).  
\_\_\_\_\_ **aceito ser coorientador(a) do Trabalho de**  
**Curso – TC** do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_, do  
*Curso* \_\_\_\_\_, a partir desta data, comprometendo-me com as  
normas deste curso e com as diretrizes do Instituto Federal Catarinense.

Abelardo Luz, SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Coorientador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Professor(a) Orientador(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Aluno(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**Anexo IV**

**FICHA DE AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

<b>Crítérios</b>	<b>Observações</b>
<b>I – Trabalho escrito:</b>	
a) Relevância e atualidade do tema.	
b) Consistência e adequação da fundamentação teórica.	
c) Coerência entre os objetivos e o desenvolvimento do trabalho.	
d) Adequação da metodologia em relação ao problema de pesquisa.	
e) Produção, análise, interpretação e discussão dos dados.	
f) Qualidade do texto - adequação à norma padrão da língua brasileira e às normas da ABNT.	
<b>II – Apresentação oral:</b>	
a) Domínio do tema	
b) Desenvoltura na apresentação e na arguição - respostas aos questionamentos da banca examinadora.	
c) Planejamento da apresentação, levando-se em conta o cumprimento do tempo, os objetivos, a justificativa, a problematização, a metodologia, os resultados da pesquisa e as conclusões da pesquisa e/ou investigação.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Anexo V

**ATA DA BANCA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO  
CAMPO**

Aberta a sessão pelo presidente (orientador) da mesma, coube ao acadêmico, na forma regimental, expor o tema do Artigo, findo o que dentro do tempo regulamentar, foi questionado pelos membros

ACADÊMICO(A):	
ORIENTADOR(A):	
DATA DA DEFESA:	
BANCA AVALIADORA	
NOME:	CPF:
NOME:	CPF:
NOME:	CPF:
TÍTULO DO ARTIGO:	
LOCAL:	
HORA DE INÍCIO:	

da Banca Avaliadora e, em seguida deu as explicações que se faziam necessárias. As notas atribuídas pela banca avaliadora são:

BANCA	NOMES	NOTA
ORIENTADOR(A)		
AVALIADOR(A) (1)		
AVALIADOR(A) (2)		
	MÉDIA FINAL	

Resultado (aprovado/reprovado): \_\_\_\_\_

Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata, que é abaixo assinada pelos membros da banca, na ordem acima determinada, e pelo candidato:

Abelardo Luz, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

ORIENTADOR(A) \_\_\_\_\_

AVALIADOR(A) \_\_\_\_\_

AVALIADOR(A) \_\_\_\_\_

ACADÊMICO(A) \_\_\_\_\_



---

*Emitido em 27/08/2020*

**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 16252/2020 - CGCG/REI (11.01.18.00.33)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 27/08/2020 20:00 )*

**ELODIR LOURENCO DE SOUZA**

*COORDENADOR DE CURSO - TITULAR*

*GRPEDAG/AB (11.01.15.26)*

*Matrícula: 2390538*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número:  
**16252**, ano: **2020**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **27/08/2020** e o código de  
verificação: **0f305e097d**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**DOCUMENTOS SOLICITADOS E  
REFORMULAÇÕES SOLICITADAS EM  
RESPOSTA A APROVAÇÃO DO PPC DO CURSO  
DE PEDAGOGIA**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

## **Regulamento de Estágio**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
**IFC-INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE, CAMPUS AVANÇADO**  
**ABELARDO LUZ**

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE  
PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE CAMPUS AVANÇADO DE ABELARDO LUZ

**Matriz 01**

**Abelardo Luz, julho de 2020.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

## **CAPÍTULO I**

### **DO CONCEITO, FINALIDADE E OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

**Art. 1º.** O estágio é um ato educativo escolar, desenvolvido em espaços educativos escolares e não escolares.

§ 1º. Entende-se que toda e qualquer atividade de estágio é necessariamente curricular e supervisionada, assumida intencionalmente pelo IF Catarinense.

§ 2º. Os estagiários devem ser alunos regularmente matriculados no IF Catarinense.

**Art. 2º.** O estágio curricular supervisionado obedecerá à lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, a Resolução CNE/CP n. 1 de 15 de maio de 2006, a Resolução CNE/CEB n.º 2/2015, de 1º de julho de 2015, que está em consonância com o Regimento Geral de Estágios do Instituto Federal Catarinense e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de licenciatura em Pedagogia, com ênfase em Educação do Campo, do Campus Avançado de Abelardo Luz. Este Regulamento de Estágio normatiza e orienta o estágio curricular supervisionado no curso.

**Art. 3º.** O estágio curricular supervisionado, como procedimento didático-pedagógico e ato educativo intencional do IF Catarinense, visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, por seus educandos.

Parágrafo único. O estágio deve integrar o Projeto Pedagógico de Curso e os respectivos instrumentos de planejamento curricular.

**Art. 4º.** O estágio curricular supervisionado constitui-se de um momento de aproximação do acadêmico com o espaço profissional, estabelecendo sua compreensão e relação com a atuação profissional específica da sua área de formação, além de contribuir da prática pedagógica do educador e tem por objetivos:

- I – articulação dos conhecimentos teórico-práticos na efetivação da práxis educativa;
- II – fortalecimento entre o espaço de formação e o campo de atuação do pedagogo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
III – participação em situações reais de trabalho em instituições escolares, comunidades camponesas e instituições não-escolares que desenvolvam atividades pedagógicas, considerando suas múltiplas dimensões e tendo como eixo os processos de ensino e aprendizagem;

IV- planejamento e desenvolvimento de projetos de atividades pedagógicas no âmbito da docência e gestão na Educação Básica;

V- articulação entre as diferentes áreas do conhecimento num processo permanente de ação-reflexão-ação, que estimule o discente a propor soluções para problemas concretos;

VI – consolidação de práticas investigativas, interventivas e avaliativas voltadas para a diversidade.

## CAPÍTULO II DAS MODALIDADES

**Art. 5º.** O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório conforme determinação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Pedagógico de Curso.

O Estágio curricular obrigatório é o do que se trata neste documento, em conformidade com o Projeto Pedagógico de Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 1º. Para fins de aproveitamento do Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de Licenciatura, a portaria N° 18/2019 – ASSEG/GABI de 08 de novembro de 2019, que dispõe sobre o reconhecimento da Residência Pedagógica (RP) normatiza o trâmite para o reconhecimento da RP para fins do Estágio Curricular Obrigatório, para os cursos de Licenciatura participantes do programa.

O Art. 4º desta portaria, destaca que, aos estudantes que concluírem com êxito a Residência Pedagógica será creditado o aproveitamento dos Estágios Curriculares Supervisionados de forma integral em seu histórico escolar.

No Art. 5º Para fins de aproveitamento o estudante deverá protocolar o pedido junto à Coordenação de Registro Acadêmico, apresentando os documentos que comprovem a conclusão da Residência Pedagógica, listados a seguir:

- Relatório final apresentado pelo estudante e aprovado pela Coordenação Geral do Programa;
- Declaração do docente orientador da RP com o resultado final (aprovado ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO reprovado) e nota do estudante (quando for obrigado).

**CAPÍTULO III**  
**DO IF CATARINENSE**

**Art. 6º.** O IF Catarinense, na qualidade de Instituição de Ensino, celebrará Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for menor de 18 [dezoito] anos, e com a Parte Concedente, indicando as condições de adequação do estágio ao Projeto Pedagógico de Curso.

**Art. 7º.** O IF Catarinense deverá celebrar Termo de Convênio para Concessão de Estágio preferencialmente com entes públicos.

§ 1º. A celebração do Termo de Convênio para Concessão de Estágio Curricular Supervisionado entre o IF Catarinense e a Parte Concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso.

§ 2º. A Rescisão do Termo de Compromisso de Estágio dar-se-á em conformidade com o acordado em documento próprio.

**CAPÍTULO IV**  
**DA PARTE CONCEDENTE**

**Art. 8º.** As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, podem aceitar como estagiários, alunos regularmente matriculados no IF Catarinense, Campus Avançado de Abelardo Luz.

Parágrafo único. A Parte Concedente deverá observar o disposto no Art. 9º da Lei 11.788/2008 para que possam oferecer estágios aos alunos deste campus.

**CAPÍTULO V**  
**DO ESTAGIÁRIO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
**Art. 9º.** A jornada de atividades em estágio será definida de comum acordo entre o IF Catarinense, a Parte Concedente e o estagiário ou seu representante legal, devendo constar no Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e deverá atender a uma das possibilidades citadas:

§ 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 2º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no Projeto Pedagógico de Curso e no Projeto Político-Pedagógico Institucional.

## CAPÍTULO VI DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 10º** Todos os acadêmicos regularmente matriculados nos componentes curriculares de estágio deverão executar o estágio curricular supervisionado obrigatório.

**Art. 11º.** O estágio curricular supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia, com Ênfase em Educação do Campo terá carga horária de 405 horas (Resolução CNE/CP nº2, 2015), divididos nos seguintes componentes curriculares: Estágio Curricular Supervisionado I, II, III e IV, correspondendo a 27 (vinte e sete) créditos.

§ 1º. Será realizado a partir do quinto semestre e visa assegurar a vivência do exercício profissional em situações, contextos e instituições de ensino – formal e não formal.

§ 2º. Constituem-se unidades concedentes: escolas que contemplem a Educação Básica e/ou a Educação Especial, comunidades camponesas que desenvolvam ações formativas compreendendo as seguintes atividades:

I Observação/vivência em instituições escolares e não escolares, que ofereçam a modalidade de estágio desenvolvida, com a finalidade de vivenciar distintas experiências educativas em espaços diferentes dos quais se realizará a observação/planejamento para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
intervenção ou regência.

II Observação/planejamento participativo em instituições concedentes de estágio, na qual, o discente buscará conhecer o funcionamento da instituição, bem como, obter dados do contexto social e observar a atuação didático-pedagógica dos profissionais.

III A regência e demais ações que o discente desempenha na instituição são atividades de função pedagógica no Campo de Estágio com acompanhamento do Orientador de Estágio ou do Profissional da Instituição concedente.

IV Seminário de Socialização que acontecerá na conclusão de cada fase dos estágios, com a finalidade de ampliar a reflexão teórico/prática das atividades realizadas durante o estágio.

**Art. 12** Os Estágios Curricular Supervisionados do Curso de Licenciatura em Pedagogia constantes na matriz curricular do projeto pedagógico do curso estão divididos em quatro etapas:

I – Na 1ª etapa no componente curricular Estágio Supervisionado I: educação infantil (120 h). Nesta etapa o estudante solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente em centros de educação infantil e turmas da educação infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

Distribuição da carga horária

Carga horária	Observação/ Vivência	Observação/ Planejamento	Regência/ intervenção	Seminário de socialização	Subtotal
TE30 T*	-	-	-	-	30h
TC90 P*	20h	20h	35h	15 h	90h
<b>Total:</b>	<b>120h</b>				

\*Teórico - \*Prático

II – 2ª etapa do componente curricular de Estágio Supervisionado II: gestão escolar (90 h). Nesta etapa o estudante solidifica conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da observação e intervenção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO acerca da organização do trabalho pedagógico realizado na escola, em especial, em escolas do campo.

Distribuição da carga horária

<b>Carga horária</b>	<b>Observação/ Vivência</b>	<b>Observação/ Planejamento</b>	<b>Regência/ intervenção</b>	<b>Seminário de socialização</b>	<b>Subtotal</b>
TE30 T*	-	-	-	-	30h
TC60 P*	15h	15h	20h	10 h	60h
<b>Total:</b>	<b>90h</b>				

\*Teórico - \*Prático

III – 3ª etapa o componente curricular de Estágio Supervisionado III: anos iniciais do ensino fundamental (120 h). Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, relacionada aos anos iniciais do ensino fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica dessa fase do ensino, em particular, nas escolas do campo.

Distribuição da carga horária

<b>Carga horária</b>	<b>Observação/ Vivência</b>	<b>Observação/ Planejamento</b>	<b>Regência/ intervenção</b>	<b>Seminário de socialização</b>	<b>Subtotal</b>
TE30 T*	-	-	-	-	30h
TC90 P*	20h	20h	35h	15 h	90h
<b>Total:</b>	<b>120h</b>				

\*Teórico - \*Prático

IV – Na 4ª etapa o componente curricular de Estágio Supervisionado IV: gestão educacional em espaços comunitários do campo (75 h). Nesta etapa o estudante solidifica conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da observação e intervenção na organização do trabalho pedagógico e a formação em comunidades camponesas e em instituições não escolares.

Distribuição da carga horária



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

<b>Carga horária</b>	<b>Observação/ Vivência</b>	<b>Observação/ Planejamento</b>	<b>Regência/ intervenção</b>	<b>Seminário de socialização</b>	<b>Subtotal</b>
TE30 T*	-	-	-	-	30h
TC45 P*	05h	10h	20h	10 h	45h
<b>Total:</b>	<b>75h</b>				

\*Teórico - \*Prático

## CAPÍTULO VII

### Coordenação de Estágio

**Art. 13º** A Coordenação do Estágio será exercida pelo professor indicado pelo colegiado do curso.

**Art. 14** São atribuições do Coordenador de Estágio:

- I – Definir, em consonância com o PPC, em conjunto com o colegiado do Curso, as políticas de estágio;
- II – Acompanhar o professor orientador do componente curricular e a avaliação do processo de estágio desenvolvido durante o semestre letivo;
- III – Propor e intermediar convênios entre organizações e o IF Catarinense, se necessário;
- IV – Fornecer informações necessárias aos professores dos componentes curriculares e aos supervisores externos de estágio, bem como aos acadêmicos estagiários;
- V – Convocar reuniões e/ou convidar, sempre que necessário;
- VI – Apresentar, sempre que solicitadas, informações sobre o andamento dos estágios aos diversos órgãos da Administração acadêmica do IF Catarinense;
- VII – Acompanhar todas as etapas do Estágio, observando o que dispõe este Manual e a legislação aplicável;
- VIII – Providenciar, ainda antes do início do estágio, os documentos e encaminhamentos necessários a sua formalização, conforme estabelece o Regulamento Geral para os Estágios Curriculares do Curso de Graduação do IF Catarinense, Campus Avançado Abelardo Luz.

## CAPÍTULO VIII

### Do Professor do Componente curricular



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
**Art. 15** O professor orientador do componente curricular será o que atender aos critérios bem como possuir licenciatura em Pedagogia.

**Art. 16** São atribuições do professor do componente curricular:

I – Desenvolver as atividades didáticas referentes ao componente curricular, orientando e acompanhando pedagogicamente todo o processo educativo do Estágio Curricular Obrigatório, buscando assegurar o desenvolvimento intelectual, ético, moral e político do acadêmico;

II – Elaborar o plano de ensino e aprendizagem de estágio;

III – Encaminhar, oficialmente, os acadêmicos às respectivas unidades concedentes de estágio;

IV – Fornecer informações à Coordenação do estágio, quanto ao andamento e desempenho das atividades de estágio;

V – Instrumentalizar e assessorar os acadêmicos na elaboração dos projetos de intervenção de estágio;

VI – Acompanhar a elaboração do relatório final;

VII – Participar das atividades programadas pelo coordenador de Estágio;

VIII – Prever as unidades concedentes em conjunto com o coordenador do estágio;

IX – Acompanhar o desempenho e o processo avaliativo dos acadêmicos sob sua responsabilidade durante a intervenção na unidade concedente e em conjunto com os professores orientadores;

X - Elaborar e distribuir o cronograma de apresentação dos relatórios de estágio;

XI – Realizar todas as atividades necessárias ao bom andamento do Estágio Curricular Obrigatório;

XII – Conduzir o desenvolvimento do componente curricular bem como o preenchimento do diário de classe e o lançamento das notas dos acadêmicos.

XIII - Cumprir este manual e o regulamento geral dos estágios do IF Catarinense.

## CAPÍTULO IX

### Dos professores orientadores de estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**Art. 17** Poderão ser orientadores de estágio os professores com formação em licenciatura que fazem parte do colegiado do curso.

**Art. 18** São atribuições dos professores orientadores de estágio:

I – Orientar e acompanhar pedagogicamente todo o processo educativo do Estágio Curricular Obrigatório, buscando assegurar o desenvolvimento intelectual, ético, moral e político do acadêmico;

II – Prestar assessoramento e acompanhamento aos acadêmicos na elaboração e execução dos projetos de intervenção;

III – Fornecer informações ao professor do componente curricular do estágio quanto ao andamento e ao desempenho das atividades;

IV – Acompanhar a elaboração do relatório final;

V – Participar do processo de avaliação e das atividades programadas pelo professor de estágio;

VI – Acompanhar o desempenho dos acadêmicos sob sua responsabilidade durante a intervenção na unidade concedente;

VII – Realizar todas as atividades necessárias ao bom andamento do estágio

VIII – Cumprir este manual e o regulamento geral dos estágios do IF Catarinense.

Parágrafo único: O professor orientador deve encaminhar a nota final dos estagiários ao professor do componente curricular.

## CAPÍTULO X

### Dos Supervisores Externos

**Art. 19** Os supervisores externos serão indicados pela unidade concedente, dentre os profissionais com formação compatível com a área objeto de estágio.

**Art. 20** São atribuições dos supervisores externos:

I – Apresentar a unidade concedente ao acadêmico estagiário, facilitando seu acesso às documentações da instituição;

II – Orientar e controlar a execução das atividades de Estágio na escola;

III – Acompanhar o acadêmico estagiário em todas as etapas do desenvolvimento das



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
atividades de Estágio;

IV – Manter contato, quando necessário, com o coordenador de estágio, professor do componente curricular e orientador de estágio, informando-os acerca do andamento dos estágios curriculares e do desempenho de cada projeto desenvolvido pelo acadêmico, fornecendo subsídios para as avaliações;

V – Elaborar um parecer, por escrito atribuindo uma nota sobre o desempenho do estagiário e respectivo estágio;

VI – Preencher e assinar toda a documentação necessária para a formalização e bom desenvolvimento do estágio.

VII- Cumprir este regulamento geral dos estágios do IF Catarinense.

## CAPÍTULO XI

### Dos Deveres dos Acadêmicos

**Art. 21** São deveres do Acadêmico:

I – Entrar em contato com a unidade concedente onde irá desenvolver as atividades de estágio, portando o Cronograma de Atividades de Estágio (CAE) e o Termo de Compromisso de Estágio (TCE), entregue pelo professor do componente curricular;

II – Disponibilizar uma cópia do Projeto de Estágio ao Professor Supervisor de Estágio;

III - Preencher e assinar a documentação necessária para a formalização e bom desenvolvimento do estágio, devolvendo-a ao professor do componente curricular.

IV - Apresentar-se com identificação nas atividades de estágio;

V – Elaborar e apresentar ao professor do componente curricular e orientador o projeto de regência ou intervenção;

VI – Participar de reuniões e atividades de orientação às quais for convocado;

VII – Apresentar relatórios das atividades desenvolvidas;

VIII – Socializar as ações desenvolvidas no Estágio;

IX – Aplicar os projetos de intervenção elaborados;

X – Respeitar os horários da unidade concedente;

XI – Manter a ética na observação dos dados da unidade concedente e respeitar as normas por ela estabelecidas;

XII – Cumprir as exigências da unidade concedente e as normas do IF Catarinense



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO  
relativas ao Estágio.

**CAPÍTULO XII**  
**DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS**

**Art. 22** O estagiário será avaliado através dos seguintes instrumentos:

- I – Registro de Atividades, com Parecer do Supervisor da Parte Concedente;
- III – IV – Autoavaliação do estagiário; e,
- V – Apresentação Oral em seminário de socialização;
- V Entrega do Relatório Final de Estágio para o professor do componente curricular, com Parecer do Professor Orientador;

**Art. 23** Constituem o processo de avaliação dos Estágios:

- I – Planejamento do projeto de intervenção desenvolvido durante os Estágios nas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> fases do curso;
- II – Execução do projeto de intervenção desenvolvido durante os Estágios nas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> fases do curso;
- III - Apresentação e socialização de relatório das ações desenvolvidas durante os Estágios nas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> fases do curso;
- IV – Entrega de Relatório das ações desenvolvidas durante os Estágios nas 5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> fases do curso.

Parágrafo único: os critérios de avaliação serão descritos no plano de ensino;

**Art. 24** Considerar-se-á aprovado o estudante que obtiver frequência igual ou superior a 75 % (setenta e cinco por cento) e média semestral (MS) igual ou superior a 6,0 (seis inteiros), sem direito a exame final, conforme art. 64 da resolução 057/2012/CONSUPER.

**CAPÍTULO XIV**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 25** Os casos omissos neste regulamento serão decididos pelo colegiado do Curso de Pedagogia, de acordo com as normas institucionais vigentes.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**Art. 26** Às normas e procedimentos deste regulamento poderão ser propostas modificações por iniciativa do colegiado do Curso, obedecidos aos trâmites legais institucionais vigentes.

**Art. 27** Este regulamento entra em vigor a partir da aprovação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**ANEXOS**  
**DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DE ESTÁGIO**  
**CURRICULAR SUPERVISIONADO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**ANEXO I**  
**TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO – TCE**

Instrumento particular que entre si celebram,  
Escola ..... - e o Instituto Federal  
Catarinense, Campus Avançado de Abelardo Luz, do  
município de Abelardo Luz, para desenvolvimento de  
atividades de estágio.

O Sr ..... diretor geral do Campus Avançado de Abelardo Luz, o/a Coordenador/ra de Estágio, Sr<sup>a</sup> Prof<sup>a</sup> ..... a Prof./Prof.<sup>a</sup> orientador(a) ....., representantes do Instituto Federal Catarinense *Campus Avançado de Abelardo Luz*, CNPJ ....., como instituição de ensino, a Instituição **NOME DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE NEGRITO**, CNPJ **INSTITUIÇÃO EM MAIÚSCULO E NEGRITO**, representada pelo Sr./Sra. **NOME DO REPRESENTANTE EM MAIÚSCULO E NEGRITO** e pelo seu Supervisor(a) de estágio **NOME DO SUPERVISOR**, como concedentes, e o(a) estagiário(a) **SEU NOME EM MAIÚSCULO E NEGRITO**, CPF **SEU CPF AQUI EM MAIÚSCULO E NEGRITO**, telefone **(XX)XXXX-XXXX**, e-mail **SEU EMAIL**, regularmente matriculado(a) sob o número **SUA MATRÍCULA** no curso de **SEU CURSO**, turma **SUA TURMA** na forma da Lei 11.788/08 e das normas do curso, acertam o que segue:

**Cláusula 1<sup>a</sup>:** O presente termo de Compromisso de estágio (TCE) está fundamentado no Projeto Pedagógico do Curso.

**Cláusula 2<sup>a</sup>:** O (a) Prof./Prof.<sup>a</sup> **SEU ORIENTADOR**, da área a ser desenvolvida no estágio, atuará como orientador(a) para acompanhar e avaliar o cumprimento do Programa de Atividades de Estágio (PAE), definido em conformidade com a área de formação do(a) estagiário(a).

**Cláusula 3<sup>a</sup>:** A jornada de atividades será de ..... semanais e .....diárias, a ser desenvolvida na Instituição conforme citado, localizada em....., telefone **(XX)XXXX-XXXX**, no período de **XX/XX/XXXX** a **XX/XX/XXXX**, respeitando-se os horários de obrigações acadêmicas do estagiário(a) e tendo como supervisor concedente o(a) Sr./Sra. ....

**Cláusula 4<sup>a</sup>:** O (a) estagiário(a), durante a vigência do estágio, estará segurado(a) contra acidentes pessoais pela apólice.....

**Cláusula 5<sup>a</sup>:** O (a) estagiário (a) deverá elaborar relatório, conforme descrito no Projeto Pedagógico do Curso, devidamente aprovado e assinado pelas partes envolvidas.

**Cláusula 6<sup>a</sup>:** O estágio poderá ser rescindido por uma das partes a qualquer tempo, através de Termo de Rescisão.

**Cláusula 7<sup>a</sup>:** O (a) estagiário (a) deverá informar a unidade concedente em caso de abandono do curso.

**Cláusula 8<sup>a</sup>:** O (a) estagiário (a) realizará o presente estágio sem remuneração

**Cláusula 9<sup>a</sup>:** O (a) estagiário(a) não terá, para quaisquer efeitos, vínculo empregatício com a Empresa/Instituição, desde que observados os itens deste TCE.

**Cláusula 10:** Caberá ao (à) estagiário(a) cumprir o estabelecido no PAE abaixo descrito; conduzir-se com ética profissional; respeitar as normas do concedente, respondendo por danos causados pela inobservância das mesmas; e submeter-se à avaliação de desempenho.

**Cláusula 11:** As partes, em comum acordo, firmam o presente TCE em 3 vias de igual teor.

**Cláusula 12:** Durante a vigência do TCE, o (a) estudante desenvolverá as atividades descritas abaixo no item **“CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO (PAE) DO TCE”**

\_\_\_\_\_  
Assinatura do estagiário (a)

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Coordenador (a) de estágio do *campus*

\_\_\_\_\_  
Representante da Instituição

\_\_\_\_\_  
Professor (a) Orientador(a)

\_\_\_\_\_  
Supervisor(a) local de estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**ANEXO II**

**CORNOGRAMA DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO (CAE)**

**Instituição:**

**Estagiário:**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DATA/HORA</b>	<b>CARIMBO/ASS DA INSTITUIÇÃO</b>

Obs: A ficha de CAE também serve como ficha de registro de presença.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**ANEXO III**  
**FICHA DE AUTO AVALIAÇÃO**

**I. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Instituição:

Endereço:

**II SOBRE O ESTÁGIO**

Modalidade/fase

Horário/turno:

Datas:

**III AUTO AVALIAÇÃO INDIVIDUAL, DISSERTATIVA, ANALÍTICA E COM FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO ESTÁGIO.**

<b>IV ITENS A CONSIDERAR</b>
Compareci pontualmente aos locais de estágio?
Ajudei espontaneamente ou quando solicitado na elaboração de tarefas diversificadas?
Prestei ajuda ao aperfeiçoamento do pessoal com quem colaborei?
Desempenhei conscientemente os trabalhos de estágio, conforme as normas estabelecidas por mim e pelo local de estágio?
Registrei na ocasião oportuna, os pontos relevantes de minha observação e participação durante o estágio?
Procurei conviver de maneira harmoniosa com o grupo onde estagiei?
Solicitei esclarecimentos, respeitando a opinião do grupo e aperfeiçoando as minhas opiniões?
O Estágio contribuiu para maior aquisição de conhecimentos e experiência profissional?

ESTAGIÁRIO (A) IFC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA, COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

**ANEXO IV**  
**FICHAS DE ACOMPANHAMENTO/PROFESSOR SUPERVISOR**

Instituição:

Nome do estagiário:

<b>ITENS A CONSIDERAR</b>	<b>S</b>	<b>MV</b>	<b>PV</b>	<b>N</b>
Compareceu pontualmente aos locais de estágio?				
Ajudou espontaneamente ou quando solicitado na elaboração de tarefas diversificadas?				
Demonstrou interesse em buscar atividades diversificadas para sua prática?				
Desempenhou conscientemente os trabalhos de estágio, conforme as normas estabelecidas pelo supervisor e pelo local de estágio?				
Registrou na ocasião oportuna, os pontos relevantes de sua observação e participação durante o estágio?				
Demonstrou organização e segurança durante as práticas de intervenção?				
Solicitou esclarecimentos, respeitando a opinião do grupo e aperfeiçoando as minhas opiniões?				
Demonstrou capacidade reflexiva – teoria e prática na elaboração do relatório?				
Entregou os planos nos prazos solicitados?				
Entregou o relatório nos prazos solicitados?				
Nota final:				

**Legendas: S – Sempre MV – Muitas Vezes PV – Poucas Vezes N – Nunca**

Documento elaborado pelo NDE e aprovado na data de 10/07/2020. Ata 03/2020 NDE